



**O SR. PRESIDENTE** (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Declaro aberta a Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjunta com a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunico o recebimento do Ofício nº 03, de 2012, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), Senador Vital do Rego, encaminhando relatório de atividades da CMO/2011.

Comunico também que o Senador Francisco Dornelles justifica sua ausência das reuniões desta Comissão, do período de 25 de março a 1º de abril do corrente ano, para representar o Senado Federal, como observador, no Seminário Internacional, promovido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), a realizar-se em Genebra, Suíça, nos dias 27 e 28 de março de 2012.

Passemos à pauta.

Convido para que tomem assento à Mesa o Sr. Helenilson Cunha Pontes, Governador em exercício do Estado do Pará; o Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede da Celpa (Centrais Elétricas do Pará), Sr. Ronaldo Romeiro, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará.

O Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras, justificou a sua ausência. Ele não pôde estar presente hoje, Senador Delcídio, na audiência que estamos realizando.

Também tínhamos como convidado o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, o Dr. Márcio Zimmermann, que também não poderia estar hoje e marcou para uma próxima semana, ou para outra data em que possamos fazer uma segunda audiência.

A presente reunião destina-se a obter e discutir as informações veiculadas na imprensa sobre a situação da Celpa (Centrais Elétricas do Pará S/A), em atendimento aos Requerimentos nºs 14 e 16, de 2012, da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Delcídio do Amaral e Flexa Ribeiro, e Requerimento nº 06, de 2012, da CAE, também de autoria do Senador Delcídio do Amaral e do Senador Flexa Ribeiro.

Tenho a honra de dividir a presidência dos trabalhos desta audiência pública conjunta com o Senador Delcídio do Amaral, que preside, com a competência que é do conhecimento de todos, a Comissão de Assuntos Econômicos.



Estou aqui presidindo esta audiência, em função de a Senadora Lúcia Vânia estar participando da sessão de hoje da Comissão de Constituição e Justiça, onde se discute o Projeto de Resolução nº 72, que trata do incentivo à importação. Ela pediu-me, então, que a substituisse, enquanto ela discute lá esse projeto de resolução, que é do Senador Romero Jucá.

Quero saudar aqui a presença do nosso Deputado Federal pelo Estado de Tocantins Eduardo Gomes, 1º Secretário da Câmara Federal. Quero também saudar a presença do Dr. Luiz Augusto Lemos Burle, Presidente do Conselho de Consumidores e representante da classe comercial; do Dr. Carlindo Lins, Representante da classe industrial do Estado do Pará; Josenir Gonçalves do Nascimento, Representante do Poder Público; do Vereador Otávio Pinheiro, da Câmara Municipal de Belém; do Deputado Estadual José Maria, também do Estado do Pará; Dr. Elvio Marcos Vargas, Presidente do Sindicato dos Eletricitários de Mato Grosso do Sul.

Vou passar, então, como disse, ao dividir a presidência dos trabalhos com o Senador Delcídio, a presidência ao Senador, para que ele, então, ao assumi-la, dê início à audiência pública, passando a palavra ao nosso primeiro convidado. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Queria cumprimentar todos os convidados aqui presentes: no caso, Nelson Hübner, Diretor Geral da Aneel; caro Jorge Queiroz, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede da Celpa; o Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Pará, o Ronaldo. E cumprimentar também o nosso caro Governador Helenilson Cunha Pontes, mais uma vez aqui presente. Está virando *habitueé* das audiências públicas nossas.

Quero cumprimentar todas as demais lideranças aqui presentes: José Maria, Deputado Estadual. Queria cumprimentar também o Vereador Otávio, lá de Belém, do nosso partido, como também o Deputado Estadual José Maria. E cumprimentar o Elvio, que é o Presidente do Sindicato dos Eletricitários do meu Estado, Mato Grosso do Sul. É uma honra tê-lo presente nesta audiência importante, em que teremos a oportunidade de ouvir um pouco sobre o assunto Celpa e, ao mesmo tempo, avaliar os reflexos dessa questão no que se refere às outras distribuidoras do próprio Grupo Rede.

Queria só registrar que o Dr. Márcio Zimmermann não pôde vir porque está presidindo um conselho de administração hoje no Rio. É por isso que ele não veio. Acredito que o próprio Presidente da Eletrobras também não pôde estar aqui presente por esse motivo, mas não perderemos a oportunidade de ouvir especialmente o Presidente da Eletrobras.

Vou iniciar aqui os trabalhos, passando inicialmente a palavra ao Dr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede.



Vamos dar, até por uma... Evidentemente, não é nenhuma... Jorge, nós vamos dar liberdade para que as pessoas falem. Vamos estabelecer um tempo de 10 minutos. Se não for possível... Vinte minutos? Então, 20 minutos, e aí vamos administrando. Acho que hoje não vamos ter nenhum problema com relação à audiência pública, porque hoje temos uma medida provisória para ser votada em plenário, mas ela é relativamente tranquila, de consenso.

Então, vou passar a palavra ao Dr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, Presidente do Conselho do Grupo Rede, por 20 minutos.

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Senador Delcídio, Senador Flexa Ribeiro, demais membros da Mesa, Vice-Governador, Presidente do Sindicato, Dr. Nelson Hübner, demais Senadores e autoridades aqui presentes, confesso que é muito triste para mim estar aqui nesta apresentação nas condições em que estou.

Sou empresário do setor elétrico há 44 anos. Fiz uma porção de coisas dentro do setor, muitas coisas até com pioneirismo, como é o caso do Tocantins, em que foi a primeira empresa privatizada. Agora, ela está com o serviço em ordem. Ela foi a primeira usina de grande porte feita inteirinha pela empresa privada, que foi a usina de Lajeado, desde o estudo de viabilidade. E hoje estou aqui prestando conta de uma recuperação judicial.

Para mim, é um momento triste, mas tenho a obrigação e a responsabilidade de explicar a vocês o que aconteceu, o que está acontecendo com a Celpa e o que pretendemos fazer com a Celpa. E o que acontece com as demais empresas do grupo, que preocupam o Senador Delcídio lá em Mato Grosso do Sul.

Inicialmente, gostaria de dizer que o Pará... Você pode juntar a França, a Grécia, a Espanha e Portugal e você tem o Estado do Pará. Com uma diferença: aqui existe a Floresta Amazônica para todo lado, uma dificuldade enorme, uma complexidade enorme geográfica e econômica. É uma região pobre, com um PIB *per capita* muito baixo em relação à média do Brasil e uma dificuldade muito grande de se levarem as linhas de transmissão através da Floresta Amazônica.

Gostaria de lembrar que entramos na Celpa em 1998, em julho. Naquela época, a população estimada do Pará era de 5.757.000 habitantes. Hoje, ela é de 7.738.000 habitantes. Portanto, a população aumentou em quase dois milhões de habitantes. Isso, segundo os dados do IBGE.

Naquela época, tínhamos 717.000 ligações. Hoje, temos 1.835.000 ligações efetivas. Portanto, se considerarmos que cada ligação atende a quatro pessoas, que é uma média razoável para o Norte do País, quando entramos, em 1998, 2.888.000 pessoas não tinham energia elétrica; e, hoje, 394.000 pessoas não têm energia elétrica, e essas estarão sendo atendidas muito em breve num programa que, vocês vão ver, é uma continuação do nosso Luz para Todos.



28/03/2012

Um acidente como esse com que estamos convivendo, com a Celpa, não acontece por uma única razão. Sempre os acidentes acontecem por várias razões. Um impacto brutal que tivemos foi o racionamento de energia. Durante o período do racionamento de energia não foi tão ruim, porque houve compensação pelo BNDES, mas o pós-racionamento, até a redução tarifária, que nos fez perder aí alguma coisa na ordem de R\$900 milhões a valores corrigidos. Por quê? Porque a população aprendeu a economizar energia.

Na Celpa, a média de consumo por consumidor ainda é menor do que antes do racionamento. Vou repetir: a média de consumo, por consumidor residencial, ainda é menor do que aquela de antes do racionamento.

Posteriormente, perdemos uma ação trabalhista do Plano Bresser que, a valores atualizados, significa R\$689 milhões. Ainda não acabamos de pagar esse plano. Ainda temos aí uns R\$70 milhões a serem pagos. Foram pagos a prazo, num acordo com o sindicato. Nos editais de privatização, isso era tido como zero, porque não havia nenhuma possibilidade de se perder. Fomos quatro vezes ao Tribunal Superior do Trabalho, e todas as vezes nós perdemos.

As perdas de energia. Existe lá um negócio, que são os “gatos” de energia, que é muito triste, e as perdas são muito altas. Temos investido bastante dinheiro para recuperar as perdas e mal temos conseguido deixar que elas deixem de subir.

O programa Luz para Todos. Nós já ligamos, como vocês vão ver, 329.000 propriedades rurais. Já gastamos R\$2,150 bilhões, bruto, e R\$544 milhões de recursos próprios. Esses números são ligeiramente diferentes dos outros que vou apresentar à frente, porque são números corrigidos.

Em seguida, perdemos outra ação trabalhista, do PCCS, que foram R\$86 milhões. Em seguida, perdemos também uma ação – tudo isso, antes da privatização – de manutenção da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, da CR Almeida, que, depois de uma discussão ferrenha, conseguimos fazer um acordo por R\$69 milhões.

A Agência Nacional de Energia Elétrica mudou as multas regulatórias e criou níveis de DEC e FEC bastante restritos, bastante elevados, para a nossa zona de concessão.

Recentemente, num trabalho grande que fizemos junto com a Agência, esse número foi revisado. Não até onde pretendíamos, mas a um número que, para nós, é considerado atingível. Nós pagamos R\$208 milhões de multas aos nossos consumidores.

Finalmente, esperávamos ter, no dia 7 de agosto do ano passado, um aumento de tarifa que ficou postergado para um ano depois. Por quê? Porque a Agência Nacional de Energia Elétrica está fazendo a metodologia do terceiro ciclo de revisão tarifária. Portanto, não temos nenhum aumento tarifário desde 7 de agosto de 2010, certo? Certo. Isso tem complicado demais a nossa situação financeira durante esse período todo.



A próxima.

Aqui estão os nossos investimentos totais. No programa Luz para Todos, investimos, nos últimos cinco anos, R\$1,377 bilhão; na interligação da Ilha do Marajó – estamos levando energia para a Ilha do Marajó –, foram R\$175 milhões. Nesses R\$175 milhões, já estão energizados Portel, Breves, Bagre – foram desembargados 7 km de linha, fiquei sabendo sexta-feira, e deve estar pronto na semana que vem –, Melgaço – não sei quando vai ficar pronto, porque colocar torres em Melgaço para chegar até a cidade é uma loucura, porque aquilo é Floresta Amazônica dentro de um charco – e Curralinho, que também vai estar sendo ligado também agora. Então, Marajó I está praticamente pronto.

Redução de perda. Investimos um monte de dinheiro. Usamos sistemas novos. Mais atualmente, inventamos e desenvolvemos um novo sistema para evitar fraudes, que aparentemente poderá vir a ser um sucesso, e melhorias do sistema.

Portanto, no total, investimos R\$ 2,701 bilhões, dos quais R\$933 milhões foram subsidiados pelo Governo. Portanto, trata-se de dinheiro que não nos custou nada. Nosso investimento foi de R\$1,768 bilhão nesses cinco anos. E o Capex considerado no nosso fator X era de R\$810 milhões; nós investimos R\$1,768 bilhão. Portanto, continuamos investindo.

O endividamento financeiro nosso, com a falta de geração de recursos próprios, subiu de R\$612 milhões de endividamento financeiro – estou falando com as instituições financeiras – para R\$1,972 bilhão, que é a hora em que pedimos a recuperação judicial.

Pode continuar.

Aqui só gostaria de falar que o *ranking* tarifário da Celpa, dentro das tarifas, ocupa o 31º lugar. Se tirarmos as multas que são devolvidas aos consumidores diretamente nas contas, por mau serviço, ou por não atender aos serviços que a Aneel determina, iríamos a algum lugar perto da 50ª tarifa.

Pode ir para o próximo.

O programa Luz para Todos trouxe um impacto fantástico ao ligar quase todo o Estado do Pará. No entanto, trouxe uma perda de qualidade de serviço muito grande, e eu vou explicar por quê. Tínhamos uma meta original de ligar 236 mil propriedades rurais. Tivemos uma meta alterada, em 2009, para 349 mil propriedades rurais. Já realizamos 329 mil dessas ligações. O realizado em relação à meta original é de 139%, e o realizado em relação à meta alterada é de 94%, e o programa continua.

No ano passado, de 2011, executamos somente 60% do programa. Cada dia fica mais difícil para nós atingirmos as populações mais longínquas, mais matas, as populações ribeirinhas, enfim. Continuamos com o nosso programa, que, conforme nosso compromisso, deverá fazer aproximadamente 30 mil novas ligações neste ano, no ano de 2013 e 2014.



Total de custos. O valor de contratados pela Eletrobras foi de 1,5 bilhão. Já realizamos 1,2 bilhão. O Estado, é de 160 milhões a parte dele. Já realizamos 75; ele já entrou com 78; e a Celpa, 298 milhões. Esse é o valor histórico. Já liberamos 247. Portanto, tem um pedaço para cada um. Se não me engano, aí estão 70, 10 e 20. Deve ser alguma coisa assim.

Ligações realizadas, 329 mil; quilômetros de linhas, 60.420. Antes da privatização esse número não chegava a 10 mil quilômetros. Era de bem menos do que isso.

Postes implantados, 593 mil; e transformadores instalados, 73 mil no nosso programa Luz para Todos.

Agora eu tenho duas fotografias bem rápidas, só para os senhores terem uma ideia do que nós fizemos. Está aqui o que era antes, em 2003, e o programa Luz para Todos que foi realizado.

Deixei a presidência da Celpa no ano de 2003 e, em dezembro de 2010, eu voltei à Celpa, desesperado com a perda de qualidade de serviço na Celpa. Portanto, a primeira coisa que eu fiz foi dividir a Celpa em regionais. A primeira regional foi a metropolitana de Belém, a segunda regional foi a de Castanhal, a terceira regional foi a de Marabá e a quarta regional foi a de Santarém. Além disso, criei três regiões especiais, porque elas são especiais: Baixo Tocantins, Marajó e Margem Esquerda.

O que são essas regionais?

Belém corresponde a 33% dos nossos consumidores e a 43% da energia vendida pela Celpa; Castanhal corresponde a 21% dos nossos consumidores e a 15% da energia vendida pela Celpa. Então, se juntarmos os dois, estaremos falando de 55 mil consumidores e de 58% da energia vendida.

Além disso, eu pretendia terminar até março, e vou terminar até o mês que vem, em abril, também as áreas urbanas das principais cidades: Santarém, Marabá, Tucuruí e Paraopebas. Está tudo em andamento.

Os investimentos dessas melhorias nessas quatro regionais foram de R\$460,130 milhões. Isso não leva em consideração nenhum investimento na Ilha do Marajó, que é outro programa, nem leva em consideração investimento em perdas de energia, que também corresponde a outro programa, nem o Luz para Todos, que é outro programa. Isso é somente no sistema existente.

Região metropolitana de Belém.

Isso foi construído em Belém e essas obras foram terminadas no dia 15 de agosto do ano passado, em 15 de agosto de 2011. Foram feitos 46 novos alimentadores, seis novas subestações – os senhores imaginam o que é construir seis novas subestações dentro de uma cidade altamente concentrada –, 180 megawatts de transformadores, 198 chaves religadoras e seccionadoras comandadas à distância pelo COS – Centro de Operação do Sistema, 186 quilômetros de linha dentro da cidade e 30 quilômetros de linha de transmissão.

Pode continuar.



28/03/2012

E aqui eu tenho os resultados para apresentar.

Portanto, as obras básicas da metropolitana de Belém já foram feitas. O que estamos fazendo agora é um trabalho de manutenção das redes existentes e de reforma do secundário para a redução das perdas de energia.

Veja bem, em janeiro de 2011, a Região Metropolitana de Belém, ou seja, 33% dos consumidores da Celpa e 44% da energia vendida, tinha 52 horas. Portanto, em janeiro, nos últimos 12 meses, o consumidor ficou em média 52 horas sem energia. Quando passo para fevereiro de 2012, ele ficou com 39 horas sem energia nos últimos 12 meses.

No entanto, como falei para vocês, as obras terminaram em agosto. Então, se eu pegar os meses 1, 2, 3, 4, 5 e 6, somar, dividir por 6 e multiplicar por 12, terei 28,8 horas de interrupção. Já estou abaixo da meta da Aneel em um terço dos consumidores da Celpa.

O FEC é a mesma coisa. O FEC vem caindo, o anualizado. Se eu pegar os últimos cinco meses, terei 21,2 interrupções médias por consumidor/ano, e a meta da Aneel, que me foi fixada em 33. Portanto, com um terço dos nossos consumidores e 44 da nossa energia vendida, estamos dentro dos padrões exigidos pela agência reguladora.

Próximo.

São 100 turmas de trabalho e de obras que trabalham permanentemente na Celpa no momento. Terminadas em agosto as obras, nós fomos para Castanhal. Castanhal é um pouco mais complicado. São 400 mil consumidores, são diversas cidades. Estive lá terça feira da semana passada e posso dizer que em abril as principais cidades estarão concluídas. Visitei Santa Maria, Castanhal, Capanema. Não visitei, mas tomei conhecimento de Bragança, Urém, Salinópolis, e Vigia também.

O que é basicamente esse programa de obras? É nenhum alimentador servindo as cidades e servindo o rural. O Luz Para Todos foi ligado nas pontas das cidades. Então, um alimentador servia a cidade e o rural. Estamos separando completamente o rural do urbano, completamente, e não deixando que um alimentador tenha mais de cinco mil consumidores; e que nenhum alimentador tenha menos do que uma chave seccionadora, de tal maneira que uma interrupção não atinja mais que 2.500 consumidores. Essas obras estão em andamento.

Sei que neste mês de abril eu terei 27 desses 31 alimentadores prontos; as subestações estão em andamento; os transformadores já estão chegando, já chegou mais da metade; chaves religadoras estão sendo instaladas, linhas urbanas estão sendo feitas.

Isto aqui está atrasado, porque é muito difícil, como os senhores sabem, hoje obter licenças ambientais para abrir uma faixa dentro da Floresta Amazônica. Mas estão todas as linhas – que são cinco – em andamento e estarão



concluídas em junho. Mesmo assim, já temos alguns números para mostrar, de Castanhal.

Pode virar.

Está aqui: de janeiro, de 142 horas viemos, em fevereiro, para 116. Se nós pegarmos os últimos cinco meses, estamos com 115. O programa Meu, que está sendo revisto, previa trazer a Celpa, em dois anos, de 106 horas, que o pior que tivemos, em janeiro de 2011, para 53 horas no final de 2012. E vamos fazer isso. Ou seja, vamos iniciar o ano de 2013 com um sistema que estará apto, na Celpa inteira, a ter 53 horas de interrupção. Mas vamos continuar trabalhando, e, no final de 2013, teremos atingido todas as metas da Aneel.

As metas fixadas pela Aneel em Castanhal serão todas atingidas nas áreas urbanas e não serão atingidas até junho na área rural. Portanto, nosso programa agora é refazer as linhas rurais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Isso aí é alguma coisa para mim, não? (Pausa.)

É? Mais um minuto só, mais um pouquinho.

Então, estamos tocando. O FEC também despencou, estamos com 48 interrupções, e a meta da Aneel é 40. Essa vai ser atingida até junho, com certeza.

Pode tocar.

A região de Marabá. Não comecei; vamos começar em junho, está aí o programa.

Pode continuar.

Estou tocando a cidade de Marabá. Aqui não é a regional de Marabá. Já atingi o que a Aneel me exige para a cidade de Marabá. Pretendo atingir até junho também a cidade de Santarém, Paraopebas e Tucuruí. Quero dizer que, em abril, mês que vem, eu terei um milhão de consumidores da Celpa, do um milhão oitocentos e vinte, dentro das metas da Aneel; faltam 800 mil consumidores. Até o final do ano, 85% dos consumidores da Celpa estarão dentro das metas da Aneel. O FEC, a mesma coisa.

Não pode tocar, porque aí é Santarém. Nós estamos começando as regionais de Santarém e de Marabá a partir de junho até o final do ano.

Aí nós temos a região do Baixo Tocantins. São algumas obras, não são obras grandes, serão feitas também no segundo semestre, e a Baixo Tocantins vai passar a ser administrada pela Metropolitana de Belém.

Aí nós temos Marajó. Marajó é um Deus nos acuda.

Tucuruí. Nós fizemos essa linha que sai de Tucuruí, vai para Portel e vai para Breves. Tudo isto é Floresta Amazônica, sem estrada, sem nenhum acesso. Está concluído. A faixa que nos foi dada aqui foi de 30 metros. Felizmente, o Meio Ambiente nos autorizou – e nós estamos iniciando – aumentar essa faixa para 60 metros. Já tivemos duas interrupções grandes em Breves, de



mais de 24 horas. Por quê? Porque as árvores em volta da linha têm 40 metros e estão a 15 metros da linha. Portanto, já está sendo feito o alargamento dessa faixa.

Daqui para cá, a linha ia sair e servir aqui: Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Salvaterra, Soure, Afuá e... Bom, eu mudei completamente o programa. Aprovei na Aneel e também na Eletrobras também. A diferença de custo foi mínima. Aliás, foi um pouco menos. Estou passando com dois cabos subaquáticos aqui, na região de Abaetetuba. Se Deus quiser, até o final deste ano os dois cabos serão ligados a Ponta de Pedras, e aí vamos levar energia para os outros. Porque essa região aqui é de campo, e aqui é uma região de floresta. E vou fazer uma segunda alimentação para Breves. Portanto, quando cair essa linha, eu terei outra maneira de alimentar Breves, dentro da boa técnica de termos dupla alimentação e um serviço adequado.

Finalmente, tem a margem esquerda do Amazonas.

Pode tocar mais uma.

Estamos aguardando a conclusão do linhão que vai ligar Manaus para fazer a eletrificação e retirar os motores diesel de lá. Eu calculo que, até o final do ano, Marajó esteja bem adiantado; que no começo de 2013 tenha sido concluído; e, no final de 2013, com a entrega de dois pontos da rede básica na margem esquerda do Amazonas... Porque lá é Oriximiná, é Breves... Breves não. É Oriximiná, Vista Bela, Bela Vista, Monte Alegre... Então, todas aquelas cidades que eu visitei, todas elas têm um serviço muito ruim. Terei o início desse trabalho no final de 2013.

Muito bem, era isso o que eu tinha a apresentar. Estou à disposição dos senhores para quaisquer outras perguntas que os senhores tenham.

Muito obrigado.

Não passei muito do tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado. Um pouquinho, mas... Muito bom! Muito bom, Jorge!

Eu quero passar a palavra agora para o Sr. Ronaldo Romeiro, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará.

**O SR. RONALDO ROMEIRO** – Boa tarde, senhores; boa tarde, senhoras; Senadores presentes. Senador Delcídio, obrigado pela sessão; Senador Flexa Ribeiro, ex-Governador do Pará; Helenilson; Sr. Jorge Queiroz; Nelson Hübner, da Aneel, a Agência Nacional de Energia Elétrica.

Este é um debate importante para nós todos, principalmente para nós, trabalhadores, e para a população do Estado do Pará, em especial. O Grupo Rede Energia atua em oito Estados da Federação. No momento, temos uma situação que envolve o Estado do Pará, que é um Estado que, todos nós sabemos, produz e exporta energia para este maravilhoso País chamado Brasil. Um Estado que, infelizmente, ao longo da sua história, tem sido, na visão de alguns, apenas o quintal do nosso País. Um Estado em que vão lá pegar minério,



pegar madeira, a biodiversidade da nossa Amazônia, do Pará em especial, e a nossa energia elétrica. Todos sabem que, com relação à energia elétrica, o ICMS não é na geração, mas na distribuição de energia. Então, os grandes projetos do Brasil na área de energia passam pela Amazônia, em especial o Pará, Senadores. E aí é, exatamente, por que este debate é importante.

O Pará tem Tucuruí, mas tem Belo Monte chegando, usina no rio Tapajós e Marabá, ou seja, é um Estado em que o sistema nacional é interligado. É um Estado que vai continuar produzindo e exportando energia para o nosso País. E uma concessionária de energia elétrica do Estado do Pará, Centrais Elétricas do Pará – Celpa, desde 98 na mão do grupo Rede Energia, hoje está à beira da falência.

É bom registrar que não é por culpa dos trabalhadores e não é por culpa da população do Estado do Pará. A nossa visão é que uma gestão equivocada levou a empresa à beira da falência.

Nesse sentido, a gente pode lembrar aos senhores que não vivenciaram isso que a Celpa, quando o Grupo Rede chegou, de 98 para cá, demitiu mais de dois mil trabalhadores e trabalhadoras; fez uma terceirização pesada na empresa, fazendo com que a Celpa tivesse altos índices de acidentes do trabalho e sendo, em 2005, a campeã brasileira na frequência de acidentes e, em 2007, vice-campeã nacional. Perdeu um corpo técnico qualificadoíssimo, achando que a gestão poderia ser comandada apenas da Avenida Paulista, numa visão equivocada. Como o Sr. Jorge Queiroz falou, realmente no Pará cabem vários países, mas na prática não se preocuparam com isso, centralizando serviços operacionais como o centro de operação da distribuição num Estado em que há dificuldades de comunicação. Isso pirou os índices de DEC, a duração, e de FEC. O TMA, tempo médio de atendimento, por exemplo, em 98, era de 99 minutos e alguns segundos. Arredondando, era de 100 minutos, uma hora e quarenta minutos. No final de 2010, o tempo médio de atendimento, que é contado desde o momento em que o consumidor, a população, liga até ser restabelecida ou atendida, chegou a 693, seis horas e meia, seis horas e trinta e três minutos. Em 2010.

A Celpa, infelizmente, aí... Para nós, é muito ruim. Dói, como trabalhador... Tenho orgulho de morar neste País, tenho orgulho de ser trabalhador urbanitário e de ser paraense, mas dói muito ver um Estado que produz, que ajuda no desenvolvimento, Vice-Governador, deste País ser tratado como quintal, ser colocado tipo assim “nós só queremos a energia de vocês”.

Belo Monte vai custar mais de 20 bilhões, 22, alguns falam em até mais. Mas o que vai ficar no nosso Estado? Os impactos sociais, os impactos ambientais.

Por isso que este debate ora em curso é importantíssimo para todos nós. E é importante os Senadores que estão aqui presentes... Parabenizar, pela importância deste debate, os Senadores que estão aqui, porque o interesse que



está colocado não é apenas dos trabalhadores da Celpa. O Grupo Rede tem nove empresas distribuidoras de energia e pode haver uma reação em cadeia, um efeito dominó, e sair quebrando todas as empresas. E vai afetar Estados como o Pará, o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul, Tocantins e Municípios que o grupo atende, como em São Paulo e no Paraná. Então, é muito importante este debate e que nós estejamos aqui.

Nós, trabalhadores urbanitários, temos tido uma luta incansável nessa questão. Não estamos lutando apenas pela manutenção dos nossos empregos, dos nossos direitos, das nossas conquistas, mas, sobretudo, por melhores serviços à população.

A tarifa de energia elétrica de 98 para cá teve aumento acima da inflação. Então, isso não pode servir como argumento, como balizador. Há gestão equivocada. Nos próprios números apresentados pela empresa de 2007 para cá, quem bem observou, em 2007 foram investidos apenas 25 milhões na manutenção do sistema da rede básica, enquanto que, em 2010, já se chegou ao patamar de 300 milhões.

O que aconteceu? Deixou-se de investir no sistema. Deixou-se de investir no sistema. Os números são claros. Havia um patamar de pouco mais de 700 mil unidades consumidoras. Quando se cresce para um patamar de 1,800 milhão de consumidores, na população de um Estado que tem sete milhões e meio de habitantes, você teve uma expansão do sistema, você deve investir na manutenção. Isso serve para o nosso dia a dia, serve até para a nossa casa. Se cresce o ambiente, se você não fizer manutenção, vai deteriorar tudo. É o dia a dia, é o básico do ser humano. Mas não! Por que não investiram? É a grande pergunta. Porque repassaram recursos que arrecadavam no Estado do Pará para outras empresas do grupo. Foram mais de 600 milhões aí, Senadores. Falar talvez seja fácil, principalmente para quem tem experiência e queira passar. Aqui, nós temos um relatório – pode ser o Vice-Governador e todo mundo – que é a partir do balanço, dos balanços da empresa. Não é invenção nossa, não é um número que estou falando aqui. O saldo: o grupo, em 1999, em 99, um ano depois da privatização, a Celpa já repassou R\$99 milhões para as empresas do grupo, naquele ano de 1999, R\$93 milhões. Ao final de 2009, a Celpa tinha um saldo de R\$622 milhões, no grupo. Aí, em 2010, caiu porque veio FI e FGTS, que entrou com R\$600 milhões no grupo; e, desses R\$600 milhões, R\$530 milhões foram direcionados para a Celpa para diminuir o saldo que a Celpa tinha. Mas qual o problema que ocasionou? Nós temos um grande período sem investimento. Por quê? Repasse de recursos para fora.

Agora, o que salta aos olhos nossos, aí está no balanço, é que o grupo, a Celpa se endividou financeiramente, porque, em 2012, ela pegou R\$472 milhões de empréstimo e, em 2010, o saldo foi colado aí na tela, o saldo de 2011, num patamar de quase R\$2 bilhões.



Ou seja, não dá para entender, nenhum de nós, aqui é um ambiente de pessoas preparadas: como é que, se eu tenho um saldo no grupo, eu ainda vou continuar me endividando? O que vai acontecer comigo, com a minha empresa? Ela tende a quê? A quebrar. Se eu tenho um saldo, tem que ter um aporte.

Então, essa questão de repasse para fora, a falta de investimento no sistema, levou a Celpa à beira da falência. Aí a Celpa hoje tem 2.100 trabalhadores, seu quadro próprio, em torno de 2.000 terceirizados, mas a dívida que a empresa declarou nesse processo de recuperação judicial foi de R\$2 bilhões, quase R\$2,5 bilhões; mas, com a contestação – o período de impugnação, o prazo final, foi na última sexta-feira –, ela já está em R\$3 bilhões.

Aí envolve Eletrobras, patamar de 500 milhões, envolve trabalhadores, várias empresas.

Então, o que está aqui é o interesse do Estado do Pará. E o Governo do nosso Estado tem que intervir nesse processo, o Governo do nosso Estado tem que intervir nesse processo.

Não foi ao debate na Assembleia Legislativa. Lamentamos muito, falando aqui, de público, não sabemos por que não foi o Governo do Estado. Porque, em 98, quando foi privatizada, prometeram o melhor dos mundos para o povo do Estado do Pará: ia melhorar saúde, educação, o desenvolvimento. E o que aconteceu? Nós não sabemos para onde foi o dinheiro da privatização.

Agora, o fundamental, senhores e senhoras, é que o Governo Federal, a Eletrobras tem 34,5% da Celpa; o BNDES Participações tem 9,38%, 9%; o Fundo de Investimento do FGTS tem um pouco mais de 15%, se aproxima de 59% de dinheiro público.

Então, é necessário, Senador Flexa Ribeiro, é necessário que todos os Senadores, independente de partido, Senador Delcídio, olhem essa questão como interesse do desenvolvimento do Estado do Pará e do Brasil, porque a energia de Tucuruí, que é a maior hidrelétrica genuinamente brasileira, porque a Itaipu é binacional, a energia de Tucuruí, a energia que vem de Belo Monte, das hidrelétricas do Tapajós, de Marabá, ela vai para o desenvolvimento do País. E o Pará não pode ficar com o bagaço da laranja, porque o suco não ficou no nosso Estado. É preciso que os Senadores e o Governo Federal tenham a obrigação, é um dever o Governo Federal, através da Eletrobras – que a Presidente Dilma saiba disso, Senador Delcídio, é obrigação do Governo Federal –, intervir nesse processo, federalizando a Celpa. Porque não podemos aceitar, nem nós, os paraenses, nem os bons brasileiros – porque a maioria desse povo é muito boa –, que o Pará seja tratado como um quintal, que se possa ter dinheiro para gastar, como se gastou mais de R\$22 bilhões em Belo Monte, e não se possa investir nessa empresa para prestar um bom serviço à população do nosso Estado. É necessário!



A Celpa está com um endividamento da ordem de R\$3 bilhões. O Grupo Rede tem dinheiro para tirar essa empresa? Não. Então, eu queria ouvir aqui, como não há representantes da Eletrobras, mas tem da Agência Nacional de Energia Elétrica... Nós, como trabalhadores, acompanhamos permanentemente a situação da empresa e denunciamos. Os órgãos de fiscalização, o poder concedente, têm também que explicar o porquê de não ter feito uma intervenção para evitar que a Celpa chegasse à beira desse colapso, que pode prejudicar o Estado do Pará e o Brasil, uma vez que o sistema é interligado. Queríamos ouvir isso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

É importante, senhores e senhoras, que a gente trate essa questão como não apenas uma reivindicação de trabalhadores que estão com os seus direitos e créditos trabalhistas em atraso. A ameaça de desemprego é grande, mas nós não podemos aceitar que alguém venha falar aqui em "solução de mercado". Qual é a solução de mercado? Deixa esse barco afundar, faz uma intervenção, faz uma rellicitação e passa para um novo grupo. Não podemos aceitar, porque estamos falando do Estado que produz e exporta energia para este País; estamos falando do Estado que tem o maior potencial hidrelétrico do Brasil; é para onde vêm mais usinas, onde ocorrerão os impactos ambientais, Deputado Miriquinho, e onde ocorrerão os impactos sociais dessas obras e das futuras.

Então, não podemos aceitar. A gente registra a nossa posição, a posição dos trabalhadores, e agradece. Mas queríamos que o Senado não apenas fizesse esta importantíssima audiência pública, mas que nos ajudasse nessa luta. O povo do Pará precisa que tenha uma intervenção do Governo Federal no sentido de federalizar; que tenha uma solução que não prejudique nem os trabalhadores do Pará nem, muito menos, a população do nosso Estado, que não tem culpa da situação por que passa a Celpa.

Nós nunca estivemos na gestão e sempre criticamos a forma – na nossa visão, equivocada – e não podemos aceitar que a Eletrobras, com mais de um terço da empresa, se cale. A Agência Nacional de Energia Elétrica deve uma explicação para todos nós.

Obrigado pelo convite. Tenho certeza de que daqui sairá um debate que possa apontar no caminho da solução que interesse a todos e não apenas a alguns.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Ronaldo Romeiro, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará.

Passo a palavra, agora, ao Vice-Governador do Pará, Sr. Helenilson Cunha Pontes, Governador em exercício. Quero registrar aqui a presença do nosso querido companheiro e amigo Deputado Paulo Rocha e do Deputado Miriquinho Batista, também do Estado do Pará.

É uma honra muito grande tê-los aqui! (Pausa.)



Quem foi rei nunca perde a majestade, e V. Ex<sup>a</sup> retornará logo, logo ao Congresso Nacional pelas mãos do povo trabalhador e hospitaleiro do nosso querido Pará.

Com a palavra, o Governado Helenilson Cunha Pontes.

**O SR. HELENILSON CUNHA PONTES** – Boa tarde, meu caro Senador Delcídio do Amaral, Presidente desta reunião da Comissão; meu caro amigo Senador Flexa Ribeiro; Dr. Nelson Hübner, Diretor-Geral da Aneel; Dr. Jorge Queiroz, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede; meu caro Ronaldo Romeiro, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará, a quem já cumprimento antecipadamente pela fala, que representa o sentimento de todos nós, paraenses – e do Governo do Pará também não é diferente –, seu sentimento de indignação com o que está acontecendo no nosso Estado em relação à Celpa.

Queria cumprimentar o Deputado Federal Eduardo Gomes; o Deputado Estadual José Maria, Líder do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa do Estado do Pará; o Vereador Otávio Pinheiro, da Câmara Municipal de Belém, também do Partido dos Trabalhadores; o ex-Deputado Federal Paulo Rocha, sempre Deputado Federal no coração de todos os paraenses; o Deputado Federal Mirquinho Batista, do Estado do Pará, também do Partido dos Trabalhadores.

Senhoras e senhores, eu não vou aqui reproduzir as palavras de indignação do meu amigo Ronaldo. Eu queria apenas registrar a satisfação de ver o Senado Federal discutindo uma questão que, como disse o Ronaldo, não é do Pará. O problema do setor elétrico é um problema nacional, e o Estado do Pará, cada vez mais, assume um protagonismo nessa discussão.

Nós geramos, hoje, com exceção de Tucuruí, em torno de 12% da energia nacional, e, depois de Belo Monte, no Tapajós, nós vamos gerar próximo de 23, 24% da energia do Brasil. Portanto, é inaceitável que o Estado do Pará chegue à situação que chegou do ponto de vista de uma concessionária de energia elétrica.

Então, se o setor elétrico tem importância nacional para o desenvolvimento do Brasil, ainda maior é a importância do setor elétrico para o cidadão paraense, para o Estado do Pará. Nós não aceitamos ser, como disse o Ronaldo, apenas um Estado gerador de energia elétrica para o desenvolvimento do Brasil, quando, segundo os números apresentados aqui, quase 500 mil paraenses ainda não têm energia elétrica na sua casa. Como é que nós vamos explicar às futuras gerações de paraenses que nós vamos gerar mais de 20% da energia do Brasil e vamos ter um só paraense sem energia elétrica? Um só!

Não nos interessa a discussão, bizantina, se foi isso, se foi aquilo que levou a essa situação de calamidade que vive a distribuição de energia elétrica, o abastecimento de energia elétrica no Estado do Pará. Porque a palavra



calamidade cabe adequadamente, à fiveleta, na situação que estamos vivendo no Estado do Pará.

Não é um fato novo. Como disse, já foi demonstrado aqui. Esse processo é um processo crescente, progressivo, permanente, visível, de deterioração na qualidade, na prestação do abastecimento de energia elétrica no Estado do Pará. Portanto, nós não estamos discutindo aqui algo novo. Isso é uma realidade presente, nos últimos anos, no abastecimento de energia elétrica no Estado do Pará.

E o problema da energia elétrica deixou de ser meramente um problema de abastecimento, deixou de ser, Ronaldo, meramente um problema de qualidade para o consumidor, o que já seria muito grave. Passou a ser uma questão de Estado, nos últimos meses.

O Grupo Rede representa hoje, em termos de arrecadação tributária, em torno de 10% da arrecadação de ICMS que o Estado do Pará aufera mensalmente. E há cinco meses o Estado do Pará não recebe o ICMS de energia elétrica que é cobrado de seus consumidores.

Então, vocês imaginem, o País imagine o que é um Estado, de uma hora para outra, ficar sem 10% da arrecadação tributária de ICMS, do ponto de vista do equilíbrio das suas finanças! Não há planejamento estatal financeiro que suporte a falha de um contribuinte que represente 10% da arrecadação tributária de qualquer Estado da Federação – não apenas do Pará.

Há cinco meses o Grupo Rede não cumpre sua obrigação fiscal de recolher aos cofres do Estado do Pará o ICMS que é cobrado dos consumidores paraenses. Esses débitos já estão devidamente executados junto à Justiça do Estado do Pará. Portanto, nós já estamos perseguido judicialmente o recebimento desses valores. Porque, como eu disse, não se trata mais apenas de um contribuinte, mas de um contribuinte que não cumpre as suas obrigações de forma contumaz, há cinco meses. Já disse que as causas nós todos conhecemos, foram bem ditas aqui, mas é preciso que a sociedade paraense, que a sociedade do Brasil entenda a repercussão, do ponto de vista da prestação dos demais serviços públicos, saúde, educação, transporte, enfim, que um contribuinte que representa 10% da arrecadação do Estado simplesmente não cumpra com a sua obrigação de recolher aos cofres públicos o ICMS que é recolhido dos consumidores que quitam as suas contas.

Essa dívida se soma a outro parcelamento, a uma dívida já existente que a empresa tem com o Estado do Pará, em torno de R\$100 milhões, de um parcelamento de outros débitos que a empresa já tinha com o Estado do Pará, de ICMS igualmente. Estamos falando em torno de R\$300 milhões de dívida fiscal que a empresa tem com o Estado do Pará.

Reconhecemos as dificuldades que a empresa tem do ponto de vista do seu equilíbrio. Isso foi bem dito e está claro. Sabemos que a recuperação judicial é um instrumento para a superação dessas dificuldades. No entanto, do



ponto de vista de um gestor público responsável, temos o dever de informar à sociedade que uma empresa que deve aos cofres do Pará R\$300 milhões, comprometendo a execução orçamentária do Estado, a prestação adequada e tempestiva dos serviços públicos, merece uma atenção especial. Por isso, é louvável que o Senado Federal tenha convocado esta audiência pública para que possamos discutir alternativas para a saída dessa concessionária de energia, que se encontra em situação tão difícil.

Preocupa-nos também a ampliação dos serviços. O Estado do Pará vai ser objeto de grandes hidrelétricas nos próximos anos. A ampliação dos serviços no Estado do Pará, já foi dito aqui, é uma tarefa hercúlea, dadas as dificuldades geográficas. Exige, portanto, um aporte relevante de investimentos. Exige uma empresa equilibrada fiscalmente. Exige uma empresa que tenha lastro financeiro para fazer vultosos investimentos no sentido de levar energia elétrica aos paraenses que ainda não têm energia elétrica dentro das suas casas.

Como que essa empresa, claudicante no momento atual, submetida a uma recuperação judicial, vai cumprir com as necessidades, as esperanças e os anseios dessa população que espera ter energia elétrica em casa? Como que essa empresa claudicante, cujos números já foram expostos aqui, conseguirá sair dessa situação de dificuldade financeira sem um aporte extraordinário e importante de um acionista externo, seja ele público, seja ele privado? Qual a responsabilidade – especialmente dos órgãos reguladores do Governo Federal, através das suas subsidiárias, das empresas estatais que estão lá participando do conselho do Grupo Rede, como a Eletrobras, o BNDES – de cada um desses atores no ressurgimento e na reconstrução dessa empresa que se propõe a prestar serviço de abastecimento de energia elétrica ao povo do Pará?

Quero dizer aos senhores e às senhoras que é muito preocupante do ponto de vista do governo do Estado, porque a mera má prestação de serviço público está-se transformando numa questão de equilíbrio das próprias finanças do Estado do Pará.

Não formulamos ainda nenhum pedido de bloqueio de contas judiciais da Celpa, porque não queremos que a perseguição de um crédito tributário venha inviabilizar a operação da própria empresa. Mas essa dívida, mês a mês, se transforma numa grande bola de neve, que não sabemos onde vai parar. E não podemos e não vamos permitir que essa conta seja jogada no colo do contribuinte do Pará. Não aceitaremos que essa conta de ICMS, que foi retirado do bolso de cada um dos consumidores paraenses, seja devolvida ao erário do Pará.

Essa forma como a empresa foi administrada nos últimos anos, que levou a essa condição de insolvência, a essa condição de recuperação judicial, não pode se transformar num álibi para que a conta seja paga pelo cidadão paraense.



O Governo do Estado do Pará não vai aceitar uma solução para a Celpa que implique transferir a conta da má gestão ou de outras responsabilidades de outros agentes desses problemas para o povo do Pará. Perseguiremos uma solução que ressalve, em primeiro lugar, os interesses do povo do Pará: os interesses no recebimento dos seus tributos, na manutenção dos empregos, no recebimento e na manutenção, sobretudo, de um serviço público de qualidade e que tenha condições de se expandir nos próximos anos.

Eu ouvi atentamente o Dr. Jorge e fiquei animado com as expectativas dele em relação à ampliação dos investimentos. Confesso que não comprehendo como nós conseguiremos ampliar, Dr. Jorge, esses serviços, esses investimentos anunciados por V. S<sup>a</sup> aqui com um quadro desse, fiscal e financeiro, que a Celpa vive dentro de uma recuperação judicial sem uma intervenção externa pública ou privada que venha a conferir oxigênio financeiro à empresa.

Essa solução evidentemente não é uma solução que deva ser construída exclusivamente dentro dos muros da empresa. Essa é uma solução que tem de se construída com toda a sociedade, com os trabalhadores, com o Governo do Pará, que é um grande credor; com o Governo Federal, que é o maior acionista da empresa; com a Agência Reguladora, que tem a responsabilidade pela manutenção do serviço de qualidade; com o Ministério de Minas e Energia, que tem a supervisão inteira do sistema elétrico nacional; com todos os atores envolvidos na prestação do serviço de energia elétrica.

Essa não é uma solução que possa ser construída exclusivamente pelos acionistas do Grupo Rede. Nós todos temos responsabilidade em construir uma solução que contemple os interesses da maioria do povo do Pará, que já vem sendo penalizado há alguns anos com serviços de péssima qualidade. A verdade é essa. Os indicadores da Aneel vão demonstrar e já demonstram bem isso.

Agora, a péssima qualidade se transformou em calote fiscal, penalizando duplamente o contribuinte paraense, que já não tem o serviço de qualidade e agora não vai ter sequer o seu tributo, que foi pago, repassado ao cofre público. Então, essa é uma situação insustentável. O Governo Federal tem, sim, uma responsabilidade grande com essa questão, porque impostos do povo do Pará estão sendo arrecadados nas contas de energia elétrica e não estão sendo repassados aos cofres do Estado.

Se fosse qualquer outra empresa já seria objeto de escândalo nacional, quanto mais uma concessionária de serviço público essencial, como é a energia elétrica. Repito: todos nós compreendemos a situação financeira a que a Celpa chegou. Não nos interessa um inquérito bizantino das suas causas; o que nos interessa é a esperança de uma luz de solução que represente a retomada dos investimentos, que represente a retomada do pagamento dos tributos que se devem ao povo do Pará e que represente a retomada, sobretudo, da qualidade dos serviços que a população do Pará espera.



A discussão das causas, o inquérito das causas fica aos agentes responsáveis, Deputado Paulo Rocha. Agora, não podemos permitir que esse problema seja visto apenas como um problema dos acionistas do Grupo Rede, como se coubesse aos acionistas do Grupo Rede ir ao mercado oferecer essas ações para quem desejar comprar. E se esse comprador não aparecer? O Estado do Pará está há cinco meses sem receber o ICMS da Celpa. São quase trezentos milhões de dívidas da empresa com o povo do Pará, de ICMS – repito – recolhido do povo do Pará, que pagou o seu ICMS na sua conta de energia.

Nós não podemos permitir privatizar um problema que é, agora, de todos nós. Não é um problema apenas do acionista; é um problema do Brasil, deste Brasil que precisa de energia do Belo Monte; deste Brasil que precisa de energia de São Luiz do Tapajós, da Hidrelétrica Teles Pires, de todas as hidrelétricas que estão planejadas no Plano Nacional de Energia Elétrica a serem instaladas no Estado do Pará.

Então, não é um problema só do povo do Pará, dos urbanitários do Pará, do Governo do Pará; é um problema do Brasil, sim.

O que vai acontecer se nós tivermos Belo Monte, tivermos São Luiz do Tapajós e outras hidrelétricas, Teles Pires, Marabá, e não tivermos uma concessionária lá com capacidade de fazer a capilaridade dessa energia, Paulo? De levar a energia gerada nesses grandes projetos ao caboclo que está do lado lá do lago. Nós vamos ficar assistindo, como em Tucuruí, porque a distribuidora não tem capacidade para fazer a expansão de investimentos? Então, não é um problema do povo do Pará, nem só do Governo do Pará, nem dos urbanitários do Pará. Esse é um problema nacional.

A Eletrobras tem sim responsabilidade pelo que está acontecendo na rede Celpa. Mas é pena, Senador Delcídio, que a Eletrobras não esteja presente a esta audiência, porque essa situação não aconteceu do dia para a noite. Ela foi produto de um processo de desestruturação, foi bem citado aqui, de vários fatos que foram desequilibrando a empresa, levando a essa situação de hoje estar sob uma recuperação judicial.

Não vamos aceitar, como sociedade, nem como Governo, que esse seja um problema dos acionistas da rede Celpa. Esse é um problema do Governo Federal, do Governo Estadual, e de todos nós. E nós vamos pugnar e insistir por uma solução que contemple a ampliação dos investimentos; por uma solução que ressalve, fora de qualquer cogitação, o pagamento dos tributos devidos ao Estado do Pará, recursos que foram retirados, repito, dos bolsos dos paraenses, que pagaram suas contas de energia elétrica em dia e recolheram o seu ICMS dentro da conta de energia elétrica. Qualquer solução que se alvitre deve ressalvar imediatamente o pagamento do tributo devido ao Estado do Pará.

Nós vamos ser intransigentes na defesa desse pleito que é absolutamente imprescindível, fora de qualquer cogitação de negociação na transferência do controle ou no que venha a acontecer com a empresa, porque



aqui há responsabilidades mútuas, e muitas, de todos os órgãos que têm a gestão do sistema, dos acionistas da empresa, dos diretores da empresa, de todos aqueles a quem compete a fiscalização da empresa, porque é inaceitável como uma empresa concessionária de energia elétrica, que arrecada impostos do consumidor não repasse ao fisco estadual.

É inaceitável que uma empresa que tenha, seguidamente, um estado de inadimplência continue operando sob as vidas de todos os órgãos de regulação, uma empresa que tem mais de 50% dos seus acionistas no setor público.

Então, esse é um problema urgente, grave, que está comprometendo o equilíbrio financeiro e a execução orçamentária do Estado do Pará e que deve ser, sim, denunciado e registrado com a importância e relevância que ele tem.

De resto, ampliação dos serviços, manutenção da recuperação da qualidade, tudo isso só é possível se nós tivermos efetivamente uma solução que represente o aporte de recursos numa empresa que está sabidamente incapacitada para continuar promovendo os investimentos que planeja.

Sr. Presidente, absolutamente dentro do meu tempo, muito obrigado pela paciência e eu fico à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Helenilson, também pela obediência do tempo.

Agora, passo a palavra ao Dr. Nelson Hübner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, por 20 minutos.

**O SR. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA** – Boa tarde a todos.

Gostaria de agradecer ao Senador Delcídio e ao Senador Flexa Ribeiro, que nos convidaram para participar aqui deste debate, discutindo uma questão que, de fato, como coloca o Governador Helenilson, é um problema não só do Pará ou dos paraenses, mas é um problema de todo o Brasil, porque está dentro do setor elétrico, que tem uma regulação justamente nacional. Ou seja, o bem de energia elétrica... Por isso, a única ressalva que eu faria, até, no discurso do Ronaldo, Governador, é que, embora as usinas estejam, de fato, no Estado do Pará – e tenho que concordar que não pode haver um paraense com uma energia sem qualidade, nisso aí nós concordamos 100% –, mas de fato não é uma energia do Pará, porque nós temos toda uma legislação no Brasil que nos leva que esse bem é um bem da União e que serve a todo o País. Senão, daqui a pouquinho, o Estado do Rio iria reivindicar só para ele o petróleo e nós estaríamos enrolados para atender de combustível o País. Todos nos precisamos de combustível e é uma riqueza do País, obviamente, não dos Estados.

Também tem toda a razão o Governador ao dizer que o problema não surgiu agora. É um problema que vem acontecendo aos poucos, foi surgindo. Como ele colocou – e tem toda a razão quando questiona –, como vai conseguir



sair dessa situação sem um aporte financeiro? Vou fazer um pequeno histórico dessa situação, de como a gente tem evoluído nessa questão da Celpa.

A Aneel já vem acompanhando isso, porque ela tem até a obrigação legal de fazê-lo em seus processos de fiscalização, tanto com relação às questões econômicas e financeiras quanto com relação à qualidade do serviço, a fiscalização técnica de qualidade. Fazemos isso através, obviamente, dos limites da legislação que nos é imposta, ou seja, através de um processo onde nos definimos uma tarifa de equilíbrio para todas as concessionárias com regras que são definidas dentro de um processo que nós chamamos de revisão tarifária, que acontece, em média, a cada quatro anos. A da Celpa, por exemplo, foi uma questão, como o Dr. Jorge colocou, que deveria ter acontecido em agosto do ano passado. Tem razão nisso que ele colocou. A gente define, ali, não só a questão dessa tarifa de equilíbrio, mas também as metas de qualidade, as metas de perda, todas as condições de atendimento de uma concessionária de distribuição, que é um setor totalmente regulado, no Brasil.

A evolução do quadro da Celpa, realmente, vem de um estado crescente de piora dos índices de qualidade, praticamente desde o ano de 2004 e 2005, por aí, de forma bastante acelerada nos últimos anos. Lembro-me de que, logo que tomei posse na Aneel, no ano de 2009, sentei-me com todas as áreas de fiscalização e fizemos um diagnóstico de todos os setores, de todas as empresas do Brasil. Algumas empresas nos chamaram muito a atenção porque já tinham um quadro mais grave de piora nesses indicadores. Solicitamos dessas empresas, dentre elas a Celpa... Ou seja, tomei posse na Aneel em março, no mês de maio de 2009, a diretoria da Aneel solicitou que a empresa apresentasse para a agência um plano de recuperação desses índices de qualidade. E mais do que isso, a análise que foi feita pela nossa área de fiscalização econômica e financeira verificou que o nível de investimento necessário para recuperar os índices de qualidade da empresa não eram viáveis de acontecer sem um aporte – e aí não é nem financeiro, mas de capital. Ou seja, sem um aumento do capital da empresa, que entrasse dinheiro, mas não em forma de empréstimo, porque a empresa já não tinha mais capacidade, como não tem hoje, de pagamento de empréstimos. Não resolveria a situação, como não resolve hoje, nem simplesmente com um aporte financeiro em forma de empréstimo, seja do BNDES, seja da Eletrobras ou de quem quer que seja. Ela precisaria ser capitalizada. Só dessa forma conseguiria ter recursos suficientes para investir, sem penalizar mais ainda, ou complicar mais ainda a questão do equilíbrio econômico-financeiro e do nível de endividamento da empresa.

Isso foi apresentado. A empresa apresentou à Aneel, já no mês de junho de 2009, esse plano, que indicava todos esses volumes bastante significativos de investimentos, que, a partir do ano de 2010, começaram a acontecer de fato na empresa. Isso o Dr. Jorge mencionou, esse nível de investimentos que foram feitos nos últimos anos. Foram feitos efetivamente,



principalmente em algumas regiões mais próximas da capital. Agora, estão acontecendo nas outras regionais da empresa.

Agora, tinha o outro lado do plano, o plano que nos foi apresentado, que colocava também como premissa um aporte de capital, em forma de aumento de capital ou até de uma redução do próprio controle do capital dos acionistas, com a entrada de algum sócio que aportasse recursos para a empresa e permitisse esse nível de investimentos.

Esse foi o lado, quer dizer, uma parte desses recursos que, inclusive, a empresa nos apontou que deveriam entrar pelo BNDES. De fato, houve um aporte de recursos do BNDES, ainda, não sei se em 2009 ou 2010, o Dr. Jorge pode nos confirmar. Foram feitos investimentos, acompanhamos os investimentos.

Eu responderia até um pouco da questão colocada pelo Ronaldo: por que a Aneel não fez uma intervenção na empresa? Quer dizer, eu acho que a intervenção é um fato limite, um dado limite, Ronaldo, que a gente, como o próprio processo de caducidade, que está previsto na nossa legislação e que, num caso extremo, nós temos que caminhar para essa direção também.

Agora, quando se está no meio de um processo que, naquele momento, a gente via, e que apontava para a empresa: tem um problema econômico-financeiro, tem um problema de qualidade, mas tem espaço para uma recuperação e para um saneamento da empresa, através de medidas como um aporte de capital e um nível de investimento bastante acentuado na empresa... E se fossemos, pelos primeiros índices de qualidade, onde tiver uma deterioração, fazer intervenção nas empresas, estaríamos fazendo intervenção a toda hora. Não só seria na Celpa, mas com certeza, você mesmo colocou, quase que teria que haver uma federalização da empresa. Boa parte das empresas do grupo Eletrobras talvez tivesse que passar por um processo de intervenção nesse momento baseado unicamente nos índices de qualidade.

A própria empresa, hoje de manhã, tinha uma reunião com a Comissão de Minas e Energia e foi questionada sobre a qualidade dos serviços prestados na Capital do Estado do Amazonas, que é uma empresa do grupo da Eletrobras, onde os índices de qualidade estão no mesmo nível, ou piores, do que os níveis da Celpa. Também o nível de perdas – essas, sim, piores do que na Celpa.

Então, a nossa legislação não tem nada disso e eu procuro me abster de fazer esta análise, se o problema está na origem do capital, onde está colocado. Agora, o fato é que nós temos que zelar pela qualidade do serviço prestado – é isso que o Governador está colocando – e pelo equilíbrio das empresas, porque, sem ter um equilíbrio econômico-financeiro, ela não vai prestar o serviço de forma adequada, e isso é o que nós compete fazer.

Agora, passamos a acompanhar permanentemente a empresa, prestando conta para a Aneel também permanentemente dos investimentos que foram sendo feitos, da melhoria de alguns índices de qualidades nos locais onde



foram feitos esses investimentos. E, no setor de energia elétrica, especificamente, em distribuição e em todo ele, não tem mágica. Ou seja, quando você não tem investimento, a qualidade vai deteriorar e vai deteriorar muito rapidamente. E esse fato aconteceu, não é?

Eu pediria até que botassem só uma projeção de uma transparência, que é a evolução do índice de qualidade na própria Celpa, porque a Aneel também foi muito acusada – e, até, em uma discussão aqui, um Deputado colocou que os índices que a Aneel exigia para a Celpa, de qualidade, ninguém que entrasse lá conseguiria atender aqueles índices de qualidade, que esses índices eram inatingíveis. E a gente iria mostrar isso, ou seja, que na verdade não o são.

Estas duas linhas aqui... Esta aqui é o DEC – os índices DEC e FEC –, ou seja, a duração média que o consumidor tem, o tempo em horas, quantas horas em média um consumidor fica sem energia; e FEC é o número de vezes em média que um consumidor, ou seja, a média global da empresa fica sem energia.

Estas linhas aqui são as linhas de nível meta. Quer dizer, o vermelho aqui é o FEC; o azul é o DEC que a Aneel exigia.

Se você for olhar aqui, até o ano de 2004, ou mesmo até o ano de 2005, a empresa atendia às metas exigidas pela Aneel. Então, essas metas não eram impossíveis.

Agora, essas metas que a Aneel define – e define para todas as empresas do País – são sempre metas decrescentes; ou seja, sempre vou procurar reduzir essas metas dos índices de qualidade, porque não tem sentido em um País como o nosso, que está evoluindo, nós traçarmos metas para piorar a qualidade dos serviços prestados de energia elétrica no País.

Então, essas metas vão ser sempre decrescentes, que definimos.

E o que aconteceu, em especial, com o DEC é que houve um crescimento de forma vertiginosa, ou seja, quando atingiu esse patamar em 2007, 2008, foi quando a Aneel disse: temos que recuperar isso rapidamente. Ai começaram a haver uns investimentos, mas agora é que estão revertendo esses índices, como o próprio Dr. Jorge mostrou, que alguns locais onde houve investimentos já sinalizam uma reversão desse nível de crescimento.

Agora, são índices absolutamente insustentáveis, que sociedade nenhuma pode aceitar. Nós estamos falando em 100 horas, em média, para o consumidor. Se estamos falando em média, imaginem determinadas regiões onde esses índices de qualidade são piores! Quer dizer, é impossível de ser mantido isso, e o número de interrupções também da empresa.

Estamos colocando isso aqui mais para se ver que não é impossível, que esses índices não são metas não-factíveis. Ou seja, não são impossíveis de atender. A mesma coisa aconteceu com os índices de perdas e isso ai levou também a um agravamento. Uma coisa puxa a outra. Ou seja, o que nós fomos analisar? Fomos analisar que, de fato, nesse período aqui, nesses primeiros anos, entre 2004, 2005, 2006 e 2007, o nível de investimento da empresa foi muito baixo



na distribuição, abaixo da exigência regulatória dos índices que deveriam ter sido feitos e só retomaram já agora nos últimos anos nos patamares acima dos regulatórios. Quer dizer, boa parte dos investimentos que foram feitos aqui em 2004, 2005, 2006 e 2007 foram investimentos com recursos da CDE, quer dizer, para fazer o programa Luz para Todos. E, como o próprio Dr. Jorge coloca, se você não tiver um investimento adequado para fazer uma seletividade em termos de proteção de tudo, você vai agravar ainda mais a situação de qualidade do serviço prestado na empresa.

A diferença que a gente tem de todo o diagnóstico que foi colocado aqui pela empresa é isso. Ou seja, até o ano de 2009, a Aneel tinha um critério que nós fiscalizávamos a empresa; quando ela não atingia os índices de qualidade que nós exigíamos, as empresas eram multadas. Ou seja, aplicava-se uma multa à concessionária, e ela teve valores de multa muito significativos nesses anos.

A partir do ano de 2010, a Aneel mudou, quer dizer, teve uma regulação nova, que nós mudamos e passamos a definir para todas as empresas essas metas de qualidade e passamos a levar metas individuais. Esses indicadores DEC e FEC tinham duração individual e a frequência individual para o consumidor e, para todas as concessionárias, havia metas individuais. Quando a empresa não atinge essas metas individuais, ela, na verdade, indeniza o consumidor pela qualidade não prestada, pelos serviços não prestados. Essa penalização é pesada, embora pode não ser significativo quando você olha os números individuais que até o consumidor recebe, mas para a empresa é muito pesado, o correspondente a mais ou menos dez vezes o valor da tarifa de energia fornecida, com o trecho que não é fornecido. Isso agravou mais ainda.

Então, se analisarmos uma situação da Celpa, nos últimos anos, é uma empresa que tem em torno de 560 milhões, mais ou menos, de e-bit, da ordem de grandeza mais ou menos essa, que é a receita que ela tem lá disponível para fazer os seus investimentos e todos os seus custos operacionais serem mantidos com isso. A empresa, por exemplo, no ano de 2010, teve comprometidos dessa receita dela quase R\$90 milhões só com o pagamento dessas indenizações de qualidade. Teve mais R\$65 milhões comprometidos com o não-atendimento dos índices de perdas. Ou seja, a Aneel também define para cada empresa no Brasil uma perda regulatória. O que é isso? Um nível de perda aceitável.

Nós traçamos o mesmo modo que os DEC e FEC, quer dizer, uma linha em projeções, metas, cada vez reduzindo esses níveis de perdas regulatórias aceitáveis, porque o que quer dizer uma perda regulatória? Quer dizer um valor de perda comercial que eu aceito que a empresa compre energia. Eu estou dando tarifa para ela comprar essa energia, de uma energia que não está sendo repassada. O consumidor está pagando isso. Então, é óbvio que nós temos que traçar essas metas e caminhar cada vez mais para zerar esses índices de perdas comerciais no Brasil. Quer dizer, perdas técnicas nós sempre vamos ter no setor de energia, mas, as comerciais, nós temos que zerar.



Então, traçamos essas metas também para a Celpa, como traçamos para todas as empresas do Brasil. E essas metas são traçadas considerando as particularidades de cada uma das áreas de concessão, onde nós olhamos as dificuldades de combate à perda, considerando uma série de indicadores econômico-financeiros: índices de criminalidade, situação econômico-financeira da população, nível, por exemplo, de propriedade das suas residências. Tem uma série de indicadores que nós cruzamos e criamos uma classificação.

A Celpa, por exemplo, é uma empresa que tem o maior índice do que a gente chama de dificuldade de combate à perda, que é na área de concessão dela. Com isso, ela tem, inclusive, perdas um pouco mais leves.

Então, teve uma evolução do nível de perdas no segundo ciclo da revisão tarifária. A Celpa já tinha reclamado para a Aneel que o índice de perdas que a Aneel definia como regulatória era muito difícil de a empresa atingir aqueles níveis de perda regulatória. E a Aneel, naquele momento, inclusive... Foi uma das poucas empresas, acho que foram duas empresas só, no Brasil, que tinham esse nível de perda regulatória, que a empresa inclusive atendia, e atendia até o ano de 2003, 2004, ela estava atendendo.

Este vermelho é o índice de perdas exigido, porque definido pela Aneel, e a empresa atendia a isso. Então, houve um agravamento da situação de perdas da empresa, em especial de perdas comerciais. E, no ano, inclusive no segundo ciclo, a Aneel aumentou esse limite de perdas aceitáveis para a empresa, ou seja, regulatório, quase ao patamar praticado pela empresa naquele momento. Agora, obviamente, esse índice tem que ser cada vez mais decrescente, porque isso aqui o consumidor está pagando, ou seja, essa parte da perda comercial o consumidor está pagando pela energia que ele não recebe.

Então, mesmo assim, a meta que nós traçamos foi essa e o resultado que aconteceu foi este: piorou.

O que significa isso?

Significa que, como a Aneel reconhece na tarifa esse volume de perdas aqui, ou seja, regulatoriamente, significa que a empresa está desembolsando. Por exemplo, ela lançou no último ano R\$65 milhões a mais para comprar uma energia que ela não tem de receita. Então, naquele valor de receita que ela tem para investir, ela está perdendo quase R\$100 milhões com a indenização de consumidores pela qualidade de serviço, com mais R\$65 milhões só de índice de perdas, ou seja, só isso já compromete sobremaneira a possibilidade que ela tem de fazer os investimentos com seus recursos. Ou seja, isso poderia estar sendo investido na melhoria da qualidade de serviço, evitando essas penalizações.

Agora, esse acompanhamento, estava cada vez mais acompanhando de perto, a empresa levando isso, levando todas as alternativas que ela tinha desses aportes de capital. Ela já tinha colocado a possibilidade e já tinha aberto, inclusive através de um banco nacional, a possibilidade de ter uma



solução que tivesse esse aporte, como a gente exigia. E, de repente, teve – fomos até um pouco surpreendidos – o processo de recuperação judicial, que a empresa verificou como a única alternativa naquele momento, em que poderia haver uma descapitalização maior ainda, até com o início de um processo de saques bancários, de questões de financiamentos que a empresa tinha. E é uma alternativa que, obviamente, o acionista tinha que tomar e tomou.

O que a Aneel está fazendo nesse processo? A Aneel, imediatamente procurou a própria juíza, porque quando está um processo desse, esse processo vai para a Justiça local – então, a Justiça do Pará. Discutimos isso com o Ministério Público, tanto Estadual como Federal. Estamos fazendo acompanhamento mais de perto, usando a própria agência reguladora e a nossa própria agência mesmo. A nossa preocupação é manter absolutamente as condições, quer dizer, não permitir deteriorarem as condições dos índices de qualidade do Estado do Pará, ou seja, garantir esse suprimento de energia, com a qualidade que o Estado necessita nesse momento mais crítico dessa transição.

E a deliberação que a Aneel fez na sua reunião foi a seguinte: abrir um processo, que é um processo que a gente chama de verificar a inadimplência da empresa. Ou seja, damos um prazo para a empresa apresentar toda as condições de como ela vai recuperar essas condições de equilíbrio da qualidade da prestação do serviço ao Estado do Pará. E esse está casado com o próprio processo de recuperação econômico-financeira da empresa. Ou seja, esse é um período que nós temos para avaliar e não vemos nenhuma alternativa; ou seja, ou tem de fato um aporte de capital com uma recuperação da empresa para que ela consiga fazer esse investimento, ou o processo terá que caminhar para um processo mais radical, que é a caducidade da concessão. Não temos alternativa a fazer, mas a obrigação nossa é garantir a prestação do serviço ao Estado do Pará nas condições que são exigidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Nelson Hübner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Agora, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento, para fazer os questionamentos.

Só para todos os convidados entenderem: depois de feitas as perguntas, aí eu passo para cada um responder com tranquilidade todos os questionamentos e, ao mesmo tempo, observações com relação ao que os outros convidados aqui disseram.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Governador Helenilson, Presidente Nelson Hübner, Dr. Jorge Queiroz, Sr. Ronaldo Romeiro, Deputado Miriquinho, senhoras e senhores, Deputado José Maria, Vereador Otávio, ex-Deputado Paulo Rocha, bom, estamos aqui em mais uma reunião e, hoje, numa audiência pública no Senado Federal,



para encontrarmos caminhos para que o Grupo Rede e a Celpa, em particular, voltem a atender o Estado do Pará, Senador Delcídio. E não só o Estado do Pará. O Grupo Rede é um grupo que tem a distribuição de energia em vários Estados da Federação brasileira. Começou no Estado de Tocantins... Mais anteriormente, em alguns Municípios no Estado de São Paulo; depois, no Estado de Tocantins, Pará, Mato Grosso, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul.

Então, essa é a situação da Celpa – e tanto é verdade que o Senador Delcídio, ao assinar e propor esta audiência pública, junto comigo, já se antecipa ao que espero que não aconteça também no Estado de Mato Grosso do Sul.

O que buscamos, Dr. Jorge, é encontrarmos, Ronaldo, um caminho para que a Celpa volte a atender o Estado do Pará e os paraenses naquilo que é da maior importância, como disse o Governador Helenilson, porque nós precisamos de energia para desenvolver o nosso Estado.

O Estado do Pará, como aqui é colocado por todos, é um Estado exportador de energia. O Dr. Nelson colocou que a energia é do Brasil. Não temos dúvida disso. Nós, paraenses, temos consciência de que a energia é do Brasil, mas ela é gerada no Pará. Ela é gerada no Pará, e aí o Brasil tem essa dívida com os paraenses.

Nós temos a consciência de que temos e compartilhamos com todos os brasileiros essa riqueza que a generosidade divina colocou lá no Pará. Não foi só essa não. Colocou os minérios, colocou o subsolo, colocou o sobre solo, com as florestas.

Quer dizer, tudo isso estamos compartilhando de forma generosa com o Brasil. Ainda não tivemos, por parte do Governo brasileiro, a atenção que nos é devida. Está aí a Lei Kandir. Estão aí as desonerações, que nos impõem, lamentavelmente, um esforço sobre-humano – hercúleo, eu diria –, para poder atender às necessidades da nossa população nas ações de saúde, segurança, educação e infraestrutura.

Mas, Ronaldo, essa questão da cobrança do ICMS na geração – o Senador Delcídio compartilha conosco – é uma questão de PEC. Teríamos que alterar a Constituição. Só dois produtos não cobrem o ICMS na origem: petróleo e energia. Temos que mudar a Constituição para isso e tal. Tenho uma PEC tramitando, ou melhor, “dormitando” no Congresso, porque o Governo não deixa andar, não deixa caminhar. E espero que consigamos avançar quando tivermos a vontade do Presidente de plantão. Não é só este Governo, não. Os outros Governos também não deixaram andar para fazer a revisão do Pacto Federativo, e aí nós vamos avançar com relação a isso.

Hoje, o Pará, talvez, no balanço do ICMS – já discuti isso aqui com nosso Vice-Governador, Governador em exercício, que é um tributarista competente em nível nacional e internacional –, se hoje ainda está no equilíbrio entre o ICMS cobrado na geração e o ICMS cobrado no consumo dos



combustíveis, como ficaria essa conta? Mas, daqui a alguns anos, com Belo Monte, com São Luiz do Tapajós, com Marabá, não tenho dúvida de que aí será superavitária essa conta para o Estado do Pará, e muito. E nós vamos ter petróleo lá, na costa de Salinas, no Atlântico.

Lamentavelmente, Delcídio, a ANP está devendo os leilões, que há dois ou três anos não acontecem. Se tivessem acontecido, já estaríamos explorando petróleo ali, em Salinópolis, na costa do Pará. E do Maranhão, também, porque ali também tem petróleo. Aliás, tem petróleo por todo o Brasil. Só falta explorar lá na Amazônia. E só falta isso no Pará, o resto tem; só falta petróleo.

Mas vamos voltar para a Celpa.

O que vimos aqui, Dr. Jorge, e aí o senhor tem, de todos nós, da Bancada do Pará... Nós fizemos uma reunião com toda a Bancada do Pará para que V. S<sup>a</sup> pudesse colocar as dificuldades da Celpa e de que forma a Bancada do Pará poderia ajudar para que a Celpa saísse dessa recuperação judicial e voltasse a colocar energia de qualidade para que o Pará colocasse em prática seu plano de crescimento.

Estivemos com o Dr. Nelson Hübner; com o Vice-Governador, Helenilson Pontes, lá atrás; com o Ministro Lobão, ainda nessa preocupação, bem antes da questão da recuperação judicial. O senhor fez essa apresentação que fez hoje aqui, na audiência pública. Mas, como hoje, o senhor não fez nenhuma colocação de um plano de recuperação com relação à questão de recursos para a saída da crise financeira do grupo. Ou seja, de que forma... O senhor colocou o programa de investimentos para recuperar os índices que a Aneel lhe colocou. E aqui quero dizer, da mesma forma que o Dr. Nelson colocou, que o senhor está fazendo um esforço hercúleo. O senhor disse que deixou a Presidência da Celpa em 2003, não é isso?

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Em 2010 assumi a parte técnica. Dezembro de 2010.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Em 2010, voltou à Celpa para comandar a recuperação da companhia.

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Técnica.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Técnica, sim. O problema, o efeito se deu na Celpa em função da questão financeira.

Mas eu perguntaria, e aí vem talvez o espanto de todos nós: lá, na reunião com a Bancada, o senhor se referiu à questão da revisão tarifária e que essa revisão tarifária era devida contratualmente; que a Aneel não teria lhe concedido a revisão tarifária devida em agosto de 2011 e que isso teria ocasionado a dificuldade crescente da Celpa, não é? O senhor colocou isso como um ponto.

Na audiência que tivemos com o Presidente da Aneel, junto com o Vice-Governador, foi-nos dito que a revisão tarifária era condicionada à questão



dos índices técnicos da Celpa. Entendi dessa forma. E o senhor teria dito também que não havia ligação de uma com a outra.

Então, o senhor vai responder se havia essa ligação entre a revisão tarifária e os índices de DEC, FEC, se haveria esses condicionamentos.

O senhor coloca também como uma questão da dificuldade financeira da Celpa o Luz para Todos, o desembolso pesado que a Celpa teve que fazer para atender ao programa, da ordem de R\$2,15 bilhões, sendo que R\$544 milhões de recursos próprios.

O que me causa estranheza também é por que os sócios do Governo, (Eletrobras, BNDES, Fundo de Investimento do FGTS), que têm participação societária na Celpa e deveriam acompanhar a sua gestão, a gestão da Celpa, não detectaram a dificuldade que a Celpa teria ao longo desses anos todos. Ou seja: não interviveram na gestão da Celpa, a ponto de deixar chegar a essa situação. Evidentemente, está, junto com a Eletrobras, BNDES, Fundo de Investimento do FGTS, a própria Aneel, que é a agência reguladora do sistema de energia elétrica nacional.

O Governo Federal, que participa da empresa, deveria estar acompanhando *pari passu* e ter dito: “olhem, acendam a luz amarela aqui, porque vamos ter problemas daqui a pouco. Vamos identificar isso para que não possamos ter, lá na frente, uma dificuldade maior do grupo”. Isso seria até uma forma de auxiliar na gestão. São sócios também do sistema, com quase 50%, no caso específico da Celpa. Não do Grupo Rede, mas no caso específico da Celpa.

Então, a minha pergunta – no caso, para a Aneel – é se não há esse acompanhamento.

O Ronaldo fez uma referência à questão do mercado, à solução de mercado. A solução de mercado, Ronaldo, não é a intervenção. A intervenção, no caso da Celpa, é a pior das soluções. Parece-me isso, e entendo como a pior das soluções. Aí, vai haver uma intervenção. A Eletrobras vai assumir o Ministério, vai assumir a empresa e, então, ou vai haver, de novo, a federalização da empresa ou...

O que entendo como solução de mercado é, no caso, o Grupo Rede ir ao mercado procurar um sócio que vá capitalizar o Grupo. Como disse o Presidente da Aneel, não adianta tomar financiamento, é preciso injetar recursos. É sangue na veia, recursos novos na empresa para haver capital para fazer investimentos necessários. Não é financiamento, é capital. Essa, sim, a solução que estamos entendendo como sendo solução de mercado. Parece-me que o Grupo Rede, aliás, pergunto ao Grupo Rede se a solução que estão buscando é essa solução de mercado. Isso já está em andamento? A recuperação judicial tem um prazo para que se tenha uma solução ao longo de 60, 90 dias, para que a Justiça possa responder.

Outra pergunta já foi respondida com relação à caducidade da concessão. Espero que isso não venha a ocorrer. No caso de se chegar a esse



extremo, Dr. Nelson, de se cassar a concessão da Celpa, quais são as garantias que a União vai dar ao Estado do Pará? Qual a segurança que o Estado do Pará terá com relação a ter a energia necessária para atender à população, aos paraenses, e também aos funcionários, os trabalhadores da empresa, que, hoje, estão preocupados com essa situação por que a empresa Celpa atravessa.

Eram essas as perguntas, Presidente Delcídio, que eu gostaria de fazer por enquanto.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –  
Agradeço as perguntas do Senador Flexa Ribeiro.

Gostaria de perguntar se o Deputado Miriquinho Batista gostaria de...  
(Pausa.)

Por favor.

**O SR. MIRIQUINHO BATISTA** – Senador Delcídio do Amaral; Senador Flexa Ribeiro; Governador, em exercício, Helenilson; nosso Presidente do Sindicato dos Urbanitários, Ronaldo; quero saudar o Dr. Jorge, o Dr. Nelson e todos aqueles que acompanham esta sessão. Primeiramente, gostaria de louvar a atitude de trazer esse debate para o Senado Federal. Acho que é um problema que não é apenas do Estado do Pará, mas que atinge todo o povo paraense.

Aqui já foi levantada uma série de diagnósticos, como a questão da qualidade do serviço. Quantas vezes a gente, lá, no nosso Estado, percebe a queda de energia, a falta de energia. Eu, há pouco, estava no Município de Baião, o primeiro Município abaixo da hidrelétrica de Tucuruí, e ali falta energia praticamente a metade da noite. A população não consegue compreender como isso ocorre se a produção da energia está a uma hora do Município. E, constantemente, não só lá, tem essa questão da qualidade da energia. Então, eu acho que esse é um ponto importante para análise.

Segundo, eu estive na audiência da Bancada do Estado com o Dr. Jorge, e lá ele colocava toda essa situação e levantava algumas questões: primeiro, que não iria, de jeito nenhum, deixar de fazer os investimentos que a Rede Celpa está fazendo no Estado do Pará; que deixaria, inclusive, de honrar alguns compromissos bancários, enfim, mas que iria manter a atividade do ponto de vista dos programas que tem lá. E, depois, também colocava que não passa pela Rede Celpa, pelo menos pela sua direção, a possibilidade de venda, conforme o senhor colocou, da Rede, mas, sim, ir buscar novos investidores que poderiam... E a Rede teve muita dificuldade com isso, porque, quando fala que é no Estado do Pará, devido à diversidade do Pará, às dificuldades do Pará, há dificuldade de encontrar novos investidores para poder trabalhar essa questão junto com a Rede.

A gente percebe – e queria aqui também, na minha observação, ressaltar – que a Rede Celpa tem um quadro técnico muito eficiente, Conheço muitos engenheiros, muitos técnicos ali dentro muito eficientes, mas acho que a Rede Celpa ainda utiliza muito pouco aqueles profissionais. Talvez pela



terceirização, por alguma coisa nesse sentido, a gente acaba percebendo que esses grandes profissionais, esses grandes nomes não estão sendo bem utilizados do ponto de vista profissional.

Por outro lado, é uma preocupação por parte do próprio sindicato: qual vai ser o futuro? O que é que vem? É aquela história: o que nos espera?

O nosso Governador coloca aí cinco meses de atraso do ICMS. Então, em cada momento, a cada reunião de que participo, a minha preocupação é maior. A minha preocupação é maior, porque eu começo a não enxergar uma alternativa que não seja a presença do próprio Estado. E aí não há outra dúvida do que a federalização, porque como é que o Estado vai poder investir o dinheiro público numa iniciativa privada? Qual é a alternativa?

O Governo do Estado do Pará é que, por meio do seu Governador, coloca a impossibilidade, nenhuma expectativa de abrir mão do que é de direito do Governo. Então, eu queria aqui exatamente contribuir neste sentido: eu acho que nós temos que caminhar, e o caminho é o caminho da federalização. Qual é o outro? Não há quem faça investimento. O Estado não abre mão do seu direito, que é justo. Qual é o caminho? O que nos espera?

Então, eu queria aqui colocar uma reflexão exatamente nesse sentido, para ver se... Pelo menos, eu não estou enxergando nenhum outro caminho a não ser a presença do Governo no sentido da federalização mesmo, para ver se conseguimos resolver essas questões que considero gravíssimas, que vão desde a qualidade do serviço, a ampliação do serviço, de certa forma, a garantia dos trabalhadores no sentido da continuidade dos seus direitos.

Enfim, eu queria aqui dar esta contribuição e também ouvir mais, para ver quais são as expectativas que podemos tirar e encaminhar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos fazer de uma vez só.

*(Manifestação fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, guarde aí, para você responder com tranquilidade.

Você vai ter o tempo necessário para...

Eu queria, mais uma vez, registrar aqui a presença do ex-Deputado Paulo Rocha, do Deputado Estadual José Maria, da Assembleia Legislativa do Pará, do Vereador Otávio Pinheiro, aqui presente. Quero registrar que tive uma reunião hoje também com o Ronaldo, com o nosso Vereador Otávio Pinheiro, com o Deputado Estadual José Maria, pela manhã, conversando sobre a Celpa. Aproveitamos a ocasião para ouvi-los, porque eles, como todo o povo do Pará, estão muito preocupados com a situação da Celpa.

Gostaria também de cumprimentar o Sr. Luiz Augusto Lemos Burle, presidente do conselho de consumidores e representante da classe comercial; Sr. Carlindo Lins, representante da classe industrial, também aqui presente. São



setores fundamentais para a economia do Pará. Cumprimento o Sr. Josenir Gonçalves Nascimento, que representa a classe do Poder Público. E, mais uma vez, o nosso companheiro Elvio, representando os eletricitários de Mato Grosso do Sul, especificamente ocupando a presidência do Sindicato.

Vou fazer algumas perguntas muito rapidamente e, depois, vou passar a palavra aos convidados. Algumas perguntas aqui foram feitas pelo Senador Flexa, mas eu queria fazer outras. Algumas perguntas já foram respondidas na exposição. A primeira é a seguinte: qual a participação da Eletrobras no Grupo Rede Energia e na Celpa? Qual a participação do BNDESPAR no Grupo Rede Energia e na Celpa? Qual a participação do Fundo de Investimento do FGTS no Grupo Rede Energia e na Celpa? Quanto atinge esse montante de participação de Eletrobras, BNDESPAR e Fundo de Investimento do FGTS? Quanto representa isso no controle acionário da Celpa? Em função desse quadro, que é um quadro preocupante, o que os representantes da Eletrobras e a própria Eletrobras, BNDESPAR e os responsáveis pelos Fundos de Investimento do FGTS que participam do conselho Administrativo fizeram? Se esse quadro é um quadro que já se apresenta aí com a história que o Jorge colocou de uma forma muito clara, muito didática, o que os outros sócios fizeram em função desse quadro.

Eu ia fazer uma pergunta sobre se a Celpa está adimplente com o Programa Luz para Todos, mas já vi a resposta na exposição do Jorge. Acerca da questão tarifária, já foi dito que a revisão não aconteceu, e com impactos na tarifa. Sobre DEC e FEC eu também ia fazer perguntas, mas, se eu usar os históricos que tenho, de 2003 para 2008, há um número; se pegarmos os últimos cinco anos, como o Jorge apresentou e também o nosso Nelson Hübner aqui falou, veremos que evidentemente há um quadro de decréscimo. Então, não vou entrar nesse mérito, olhando especificamente a média dos últimos cinco anos.

Qual o investimento, Capex anual – e isso aí foi mostrado – descontado o que é relativo ao Luz para Todos? Isso foi apresentado também. Esse Capex é suficiente para atender às necessidades mínimas do sistema e para fazer face ao crescimento do mercado? Ou seja, não adianta termos uma empresa com crescimento de mercado e exigência mínima se não tem Capex suficiente para investir. Então, de onde vem esse dinheiro e como essa empresa resiste?

Sobre a questão das multas da Aneel, o Nelson Hübner já falou aqui. O meu entendimento – desculpe-me, Jorge, mas já estou meio enferrujado – é de que o problema da Celpa é um *mix*, um *mix* de ações na Justiça com o Plano Bresser, por exemplo, tem outro *claim* aí, o PCCS, multa em Curuá-Una também, outra derrota em Curuá-Una, provavelmente para o empreiteiro da obra, a CR Almeida.

Depois, Jorge, você pode responder. Além desses *claims*, estamos vendo a questão tarifária, quer dizer, o valor da tarifa, que é apontado como um dos problemas, e as perdas – vi perdas de, em média, 25%...



*(Manifestação fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Trinta e dois por cento? Então, vi errado. Trinta e dois por cento? Não sei se existe uma concessionária no Brasil com uma perda desse tamanho!

*(Manifestação fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Maior? Quem?

*(Manifestação fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Amazonas e Light? É inacreditável, no Rio de Janeiro. Mas, na Light, deve ser “gato” esse tipo de coisa. Não sei se, aqui, seria o mesmo caso. E a outra questão é a seguinte: o Luz para Todos – não sei se entendi bem – atrapalhou a Celpa.

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pois é.

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Mas por minha culpa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Bem, o Luz para Todos atrapalhou a Celpa, pelo que estou entendendo da exposição e das ponderações feitas pelo Governador e pelos sindicatos, enfim.

Então, essas são as questões que gostaria de apresentar e registrar o seguinte. Tomei esta iniciativa, Jorge, até porque o Grupo Rede atua em Mato Grosso do Sul. Temos um relacionamento com o Grupo Rede em Mato Grosso do Sul muito profícuo. Entendemos até as dificuldades que o Grupo Rede enfrentou quando assumiu, quando a EDP comprou a Enersul da Eletricidade de Portugal.

Sei do esforço que o Grupo Rede faz para administrar de uma maneira eficiente a Enersul. Nossa Estado também tem uma característica muito parecida com a do Pará, de grandes distâncias; não do tamanho do Pará, mas de grandes distâncias também, uma densidade de consumidores pequena.

Isso também, de certa maneira, prejudicou o programa Luz para Todos, apesar de Mato Grosso do Sul, hoje, ser uma referência no Luz para Todos no Brasil. Só o meu Pantanal que está de fora. É inacreditável, Deputado, mas a minha região é a que foi menos atendida pelo Luz para Todos, mas entendo também as razões.

Só para atender à minha região, como vi falarem da Ilha de Marajó, como vivi no Pará durante muitos anos, botar rede no Pantanal não é mole, não. É difícil, até pelas características da região, mas vamos encontrar uma solução. Estamos trabalhando nesse sentido com a Eletrobras.

Por que perguntei isso? E aqui está o Elvio, preocupado, e o sindicato aqui presente, representando todos os trabalhadores da Enersul. Entendo que não é a mesma coisa. Até, no meu requerimento, Nelson, puxei o Enersul, porque ia ficar muito esquisito um Senador por Mato Grosso do Sul



levantar um problema da Celpa. “Por que o Delcídio está olhando a Celpa, se lá a concessionária dele se chama Enersul?” Mas é que, na verdade, é o seguinte: por que eu fiz isso também? É porque precisamos encontrar uma solução estruturada e rápida, porque não tenho dúvida alguma de que, à medida que o tempo passa, naturalmente, por mais que outras concessionárias operem – e operem bem – isso vai contaminando. É o mesmo grupo. Pelo menos na minha leitura, mais simplista, que talvez não seja tão sofisticada quanto a dos dirigentes do Grupo Rede e do Jorge Queiroz.

Então, acho que isso é urgente. Esta audiência pública vai levar-nos naturalmente a uma ação forte junto ao Governo para buscar uma solução estruturada para a Celpa, porque não podemos conviver com essa realidade. É inadmissível um negócio como esse, com todos os reflexos que essa situação da Celpa traz para o dia a dia do paraense, para o povo do Pará. Quem não tem energia não tem futuro, não tem condição de crescer, de desenvolver-se. Segurança energética é fundamental.

Vivi no Pará, Deputado Miriquinho, quando fizemos Tucuruí – fui o primeiro chefe da Usina de Tucuruí. Tenho uma relação com o Pará intensa. Baião e Cametá não tinham energia, a jusante da Usina. Dava para se ver de Tucuruí Baião e Cametá. Outros projetos virão para o Pará. Estivemos agora, sob a coordenação do Senador Flexa, lá em Belo Monte. E virão as outras usinas: São Luiz do Tapajós, como foi dito aqui pelo Governador; Marabá; enfim.

Então, é inacreditável, enfrentarmos uma crise como essa em um Estado com um potencial de geração de energia extraordinário.

Era um pouco isso que queria comentar.

Agora, já passo de imediato a palavra ao Dr. Jorge Queiroz para discorrer sobre tudo aquilo que entende como importante nesse debate e também para, eventualmente, corrigir algumas conclusões ou colocar suas posições no que se refere a pontos de vista aqui externados por outros convidados.

Com a palavra, o Dr. Jorge Queiroz.

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Eu vou tentar sem bem breve e bem sucinto nas minhas respostas.

As primeiras respostas que eu pretendo dar são ao Dr. Helenilson Cunha Pontes, digníssimo Vice-Governador do Estado do Pará. Ele falou do ICMS.

Realmente nós estamos devendo ICMS, mas este mês está sendo pago integralmente o ICMS, inclusive com pedaço anterior. Já falei com o Mauro e já tinha falado com o Dr.Costa: nós estamos pagando integralmente o ICMS do mês, vencido do mês, e estamos pagando já um pedaço do atrasado, porque deixamos de pagar aos bancos, entramos na recuperação judicial.

Eu gostaria que o senhor soubesse que eu tenho R\$150 milhões de dinheiro que nunca foi arrecadado e que virou imposto. Chama-se inadimplência. E não existe inadimplência perante o Governo. Não se dá baixa nessa conta.



Paga-se de qualquer jeito. Não estou justificando. É assim que funciona, e é apenas uma atenuante, de que é um dinheiro que se paga e de que não se tem retorno, porque o consumidor não pagou.

Com relação ao problema de expansão, eu acho que ninguém expandiu mais do que a gente. Concordo com o senhor: expandimos mal. Expandimos mal, e estamos expandindo bem. Expandimos mal porque nos concentrarmos em ligar energia elétrica em todos os consumidores do Pará e não em nos preocupar com a qualidade de serviço. Quando entrei, em 2010, eu fui para botar em ordem a qualidade do serviço, e é o que estou fazendo.

Então, dizer que há 350 mil pessoas que não têm energia elétrica! Foram 4,5 milhão de pessoas que tiveram energia elétrica; faltam só 350 mil! Foi aquele gráfico que eu coloquei. E vão ser colocados, neste ano, mais de 100 mil.

Agora, é cada vez mais longe, o rio é cada vez mais longe, a mata é cada vez mais densa, é cada vez mais charco, é cada vez mais chuva, é cada vez mais difícil.

Eu aceito qualquer solução para a Celpa, qualquer uma: um sócio, a Eletrobras federalizar. Recentemente, antes de pedir a recuperação judicial, tive uma reunião com o Ministro – não sei se o Dr. Nelson estava presente ou não – em que eu entreguei a ele um pedido de que a Eletrobras capitalizasse a Celpa em R\$1,6 bilhão; eu mostrava o fluxo de caixa dele, mostrava a previsão nossa da tarifa que vai sair no dia 7 de agosto, tudo direitinho. Ele poderia escolher: ela ficaria dona e comandaria a empresa. Ela poderia ficar com 49% das ordinárias, e nós continuaríamos comandando a empresa conjuntamente com ela, e eu daria a ela o direito de comprar o controle por um real na hora em que ela quisesse; eu daria a ela o que ela quisesse para que eu não precisasse entrar em recuperação judicial. Entrei em recuperação judicial.

Enquanto eu estou vivo, eu estou lutando. A minha vida inteira foi de luta no setor elétrico. Então, eu estou vivo, eu estou lutando. Ninguém me tirou da Celpa, e eu tenho que botar aquilo em ordem. Eu vou para lá toda a semana. Eu tenho 67 anos e estava aposentado desde 2003, e voltei em 2010. Toda a semana, eu estou lá. Se eu não estou lá, eu estou dois dias por semana em Brasília, ou na Aneel, pedindo, implorando, lutando, brigando pelos dados tarifários.

Nossa tarifa vai bem, nosso processo tarifário está em ordem. Não é que nós não ganhamos tarifa no dia 7 de agosto do ano passado: a nossa tarifa será no dia 7 de agosto do ano passado. E será compensado pelo tempo que não me deu. O que faltou foi caixa para eu aguentar esse tranco. Então, é esse o problema.

Expansão: estamos aguentando firme. Qualidade de serviço: estão todos vendo que está melhorando. Eu não paro as obras do Pará de jeito nenhum, enquanto não me tirarem de lá, porque eu vou botar aquilo dentro dos níveis de qualidade e de...



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Dr. Jorge, só para eu poder entender: V. S<sup>a</sup> disse que a tarifa será no dia 7 de agosto do ano passado?

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Deste ano, com base na de agosto do ano passado. Foi tudo reflexo financeiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso foi reflexo que se corrige em um ano.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Então, ela será, ela compensará esse...

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Exatamente, exatamente. Estamos lá, puseram as tarifas adiantadas, estamos fazendo, temos reuniões regulares com os...

Portanto, voltando agora à solução, Deputado, o senhor me pediu a solução: qualquer uma eu aceito: um sócio novo, federalização. A Eletrobras não quer, não quer assumir a Celpa! Isso é dito com todas as letras. Estou certo ou estou errado? Ela não quer assumir a Celpa. Pode assumir imediatamente, não custa nada.

Então, tenho de lutar de algum jeito. Como arrumei? Uma recuperação judicial. Quem vai sofrer numa recuperação judicial? Os bancos. Eu acho que é o melhor setor para sofrer, porque são os mais ricos que temos.

Então, é a esses bancos que vamos pedir, provavelmente, uma redução da dívida e um alongamento da dívida.

O que estamos fazendo hoje? Fazendo um fluxo de caixa completo da Celpa para os próximos dez anos, dentro de hipóteses razoáveis, para que a gente diga aos nossos credores o que nós podemos fazer.

E também vamos solicitar à Eletrobras um aumento de capital bem mais modesto. Esperamos que isso seja mais fácil de conseguirmos.

Então, o plano seria um pequeno aumento de capital da Eletrobras sem ela ficar com controle – se quiser o controle, não tenho nada contra, nada, nada – e uma redução da dívida e um alongamento da dívida. Isso estará resolvido em 60 dias. Eu tenho que entregar até 05 de maio um plano de recuperação. Se o plano de recuperação não for aceito pelos credores, é a liquidação da Celpa.

Eu gostaria muito que o Ronaldo ouvisse o que vou falar: a liquidação da Celpa é uma catástrofe porque vai haver a caducidade da concessão, o Governo vai pagar para a Celpa, uma empresa que não existe mais como concessionária, uma quantidade de dinheiro, que vai indenizar todos os funcionários da Celpa – todos, sem exceção, e eles vão passar para outra empresa. Como vão passar... Neste Brasil, acho que só fui eu quem administrou uma empresa encampada: chama-se Companhia Geral de Eletricidade, com 22 mil consumidores. Ela tinha 52 funcionários. Ela foi encampada 11 dias depois que eu comprei o controle acionário. E eu sei o que foi isso: foram três anos de luta para avaliação, o dinheiro foi pago, todos os funcionários foram demitidos e alguns



foram admitidos pela Cemig, a maioria foi admitida pela Cemig, mas não todos, e nem sei em que condições.

Portanto, com a caducidade, não sobra nada para ninguém. Sobra para os funcionários, alguma coisa para alguns credores, e acabou. Acho que esse é um mau caminho para seguirmos. Já conversamos sobre isso até. Ninguém, nenhum grupo econômico veio com qualquer proposta para nós dentro dessas circunstâncias, qualquer uma, qualquer proposta, "vamos fazer isso", "vamos fazer aquilo", nada. Não tem nenhum. Falam, vão lá, conversam com Ministro, conversam com o Nelson Hübner, e nada.

Então, esse é o primeiro assunto. Eu aceito qualquer proposta, mas enquanto eu não tenho proposta, eu tenho de tentar sobreviver e tenho de fazer serviço. Não há jeito.

Aporte de capital, acho que já respondi, porque é o problema da Eletrobras, que é o único caso. Eu queria também que vocês soubessem que o BNDES, desde a privatização, virou as portas para o Grupo Rede de uma maneira bastante forte. Chegamos a dever no BNDES – não é, Hübner? – 2,8 bilhões. Eu consegui um empréstimo para a Celpa de 450 milhões, e nos liberaram 250 e cancelaram os outros 200 – quando eu mais precisava disso, no final do ano, pois eu queria começar o programa de redução de perdas.

Luz para Todos, o que fez de mal para a Celpa? O Luz para Todos foi feito com os dinheiros determinados pela Eletrobras, não suficientes para o Luz para Todos. Pronto. Mas eu tinha de fazer o programa, está assinado, tenho obrigação, ligamos. Então, foi feito colocando mais dinheiro de nossa parte e, por falta de dinheiro, sem o devido cuidado com a qualidade de serviço, o que estamos tendo agora, para poder melhorar o serviço que está sendo dado no Luz para Todos.

Portanto, naquele DEC que o Dr. Nelson colocou, de 101 horas, 44 horas vêm dos consumidores do Luz para Todos, que são 17% dos consumidores da Celpa. Portanto, ela agravou o problema em 44%. Hoje, eu faço linhas ao lado do Luz para Todos para dividir o Luz para Todos em um maior número de circuitos, para que possa trazer isso.

Esse programa que eu apresentei traz todo consumidor rural para 120 horas/ano, o que não é o suficiente, pelo que a Aneel nos deu, e estou refazendo o programa, mas só vou conseguir completá-lo em 2013, para chegar às metas da Aneel na parte rural. Na parte urbana, eu atingi as metas da Aneel este ano em todas as cidades do Pará, todas.

Sobre o ICMS eu já falei.

Sobre qualidade de serviço já falei. A qualidade de serviço, todo mundo está vendo que está melhorando, mesmo na grande Belém.

Sobre expansão já falei.



Perdas. Quando entrei na Celpa, em 1998, as perdas eram de 37%. Acho que só ganhava do Amazonas. Trouxe de 37% para 20%, quando deixei a presidência, em 2003. A perda subiu de 20% para 32%.

Muito bem. Primeiro que inventamos um negócio novo na Aneel que era trazer a medição para fora do consumidor, porque o consumidor, na Celpa, não nos deixava entrar na casa para ler o medidor – não pode entrar. Então, trouxemos a medição para fora. Isso foi um sucesso durante certo tempo. Nós conseguimos reduzir para 20%, aumento de fiscalização.

Deixei a presidência, o presidente novo, problemas financeiros complexos, reduziu esse serviço de fiscalização. Tentamos outros presidentes lá para a Celpa que também não obtiveram sucesso.

No final de 2010, eu mesmo estou lá e, falo a verdade para vocês, o sistema da Celpa não me assusta de jeito nenhum.

Toda a engenharia de que o senhor falou, dos técnicos de lá, o senhor tem toda razão, são espetaculares. Acabei com a engenharia de São Paulo, transferi toda a engenharia para lá. Toda a engenharia da Celpa é feita lá, salvo a rede básica, que é um problema comum. Todos os diretores são lá. Dividi em regionais; em todas as regionais foram levantados os engenheiros que lá estavam. Estão motivados e estão fazendo o serviço direito.

Eu agora inventei um negócio novo nas minhas horas de insônia. Às três da manhã, acordei e resolvi fazer uma coisa diferente, chama-se: distribuição de energia elétrica sem baixa tensão coletiva. Ou seja, não existe mais o fio 220/127 passando pelas ruas. Portanto, o transformador sai direto, baixa tensão direto dentro de um poste, entra numa caixa com cem medidores; dali saem cem cabos, cada um para cada consumidor. Apresentei à Aneel, onde foi aprovado. O primeiro circuito que acabo de fazer nessa circunstância deveria ter terminado em março e está terminando. Faltavam treze caixas. Eram cem caixas a serem feitas e faltaram treze caixas. Tem dois tipos de caixas: uma para cem consumidores e outra para sessenta.

A impressão que eu tenho – vou saber isso mês que vem – é que transformei uma perda num circuito de 65% para 4%; vou repetir: 65% para 4%. Não teve uma violação de nenhuma caixa. Se isso der certo é uma solução para o problema de perda do Brasil. Terei isso mês que vem. As 70 caixas que já foram medidas já estão mostrando um resultado excepcional. E o preço muito inferior – caro, mas muito inferior – ao preço dos medidores eletrônicos com os quais nós gastamos 120 milhões lá na Celpa para fazer cem mil consumidores; tem uma manutenção caríssima. Portanto, estamos lutando pelas perdas e, se der certo esse sistema, vamos fazer isso rapidamente, porque também é de fácil colocação.

Qual a participação?

A Eletrobras tem 34% da Celpa diretamente do capital total. Ela tem 40% da Cemat. E é essa a participação da Eletrobras no grupo. O BNDESPAR – posso estar errando, mas não muito – tem 15% da *holding*. FI-FGTS, ele tem,



indiretamente, 23% da *holding*. O BNDESPAR tem o direito de vender um pedaço dessas ações, de maneira que ele vai acabar com alguma coisa tipo 10%.

Acho que expliquei bem aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E quanto representa, Jorge, no controle, BNDES, FI-FGTS?

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Aí, se o senhor falar direta e indiretamente, vamos fazer: são 23% mais 15% – são 38%. O grupo tem 62% da Celpa. Eles têm 40% direta e indiretamente da Rede, que tem 62%. Então, quatro vezes dois, oito; 62%, que é o que a gente tem; 24,8% diretamente, e indiretamente tem o BNDESPAR, mais FI-FGTS; e Eletrobras tem diretamente 34% – são 58,8% direta e indiretamente, o Governo, na Celpa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ou seja, é majoritário. Aliás, não...

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Não tem nada de majoritária...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ela tem participação direta e indireta...

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Dos lucros.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso, de 58%.

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Cinquenta e oito por cento iriam para o governo; 34% é direto.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ou seja, aumenta mais a responsabilidade de quem é sócio da Celpa.

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Há alguma pergunta que eu deixei de responder, qualidade, expansão?

Então, estou tocando a Celpa, estou fazendo as obras. Temos cem turmas de trabalho; estamos, agora em abril, chegando a um milhão de consumidores dentro das metas da Aneel; até o final do ano, 80%, 85% e, no outro ano, um novo plano, que vai trazer algumas metas. Eu pedi para a Aneel 53 horas: a Aneel me deu 38 horas. Não tenho condições de atender este ano, mas no ano que vem eu chego lá, porque aí é pouco coisa para fazer.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Dr. Jorge, de forma objetiva, temos três soluções: aprovação do plano de recuperação, que o senhor vai apresentar; solução de mercado, que seria um novo grupo; ou a federalização.

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – A solução de mercado pode ser com alguém do mercado, pode ser com a própria Eletrobras. Só tem essa saída.

Agora, veja bem, Senador, se a Eletrobras for capitalizada e aumentar a participação, for aumentar a gestão... porque eu também não tenho restrição de mandarem. Se quiserem mandar em tudo, que mandem. Não tenho restrição. O problema é que eu vou apresentar para o juiz um plano factível de



sobrevivência da Celpa. É óbvio que, se uma Eletrobras vai entrar com algum dinheiro, é muito mais provável que os credores entendam o que está acontecendo e aceitem o plano. Então, quanto mais eu tiver uma capitalização de mercado, ou qualquer outra coisa, o plano de recuperação será mais facilmente aceito e a solução virá, porque eu não vou apresentar um plano... Nem que eu tenha que apresentar um plano que as dívidas tenham que virar zero. Não é o caso.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Mas o plano que o senhor vai apresentar ao juiz não vai contemplar a participação da Eletrobras.

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Eu estou pedindo, não sei se vai ou não. Eu tenho que pedir. Estou apresentando à Eletrobras esse plano. Tenho um esboço, fiz uma série de outras hipóteses mais realistas. Porque eu hoje confesso que conheço a Celpa tecnicamente, financeiramente, inteiramente. Então, estou preparando isso e vou apresentar o plano. Se a Eletrobras disser não, se outro grupo disser não: “Olha, isso é o que faz com que a Celpa sobreviva. Ou aceitam ou não aceitam. Perdemos tudo”. Portanto, acho que quanto à possibilidade de o plano ser aceito, quanto mais a Eletrobras entrar, quanto mais a Eletrobras gerir a Celpa, melhor ficará para que o plano seja aceito e o risco de uma caducidade será menor.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Porque, se não for aceito, é imediatamente decretada a liquidação.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Jorge.

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Aliás, eu pediria aos senhores que me ajudassem politicamente junto à Eletrobras para que participasse desse plano. Se ela quiser assumir, que assuma. Se ela não quiser assumir, que ajude.

Eu notei, na última conversa que tive com o Dr. Costa, que o coração dele estava mais mole. É só o que posso dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dr. Jorge, quero agradecer as palavras e só registrar.

Conheço o Dr. Jorge Queiroz há muitos anos e sei o empresário e o empreendedor que o Dr. Jorge Queiroz é. É uma história toda ela devotada ao setor elétrico brasileiro, começando por São Paulo. Eu acompanhei, como Diretor da Eletronorte à época, o processo de implementação da Celtins, que foi a primeira empresa privada de energia elétrica do Brasil. Evidentemente, havia outras experiências em São Paulo, menores, mas quanto à extensão e, dentro daquele momento, não tenho dúvida de que foi um grande desafio. Depois, todo trabalho que foi feito não só na Cemar, também na Celpa, com todos os equívocos que foram aqui colocados, erros mesmo, erros de estratégia, de planejamento, enfim, na própria Enersul. Nós já fizemos muitos embates lá em Mato Grosso do



Sul com o Grupo Rede. Aliás, com o Grupo Rede não, com a Enersul, menos com o Grupo Rede e mais com os controladores anteriores, os portugueses, a EDP.

Então, sei o quanto é difícil, Dr. Jorge, o senhor vir aqui explicitar um quadro como esse da Celpa, preocupante, depois de tudo o que o senhor construiu. Não é fácil. Eu imagino o que o senhor sente.

Vou passar a palavra agora ao nosso Ronaldo Romeiro, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará.

**O SR. RONALDO ROMEIRO** – Obrigado, Senador.

Grande experiência para todos nós, seres humanos, quando se faz o *mea-culpa*. Temos que olhar com cautela e, ao mesmo tempo, prudência.

Aqui, o Sr. Jorge Queiroz fez o *mea-culpa* quando, ao se aposentar, deixou a direção do grupo, colocou em nome de pessoas que estavam totalmente equivocadas, desqualificando, com demissões de trabalhadores, não respeitando os trabalhadores e as trabalhadoras do Pará, porque a volta da engenharia para o Pará foi no ano passado.

O companheiro Manoel Vieira está aqui presente. O Presidente do Sindicato dos Engenheiros já foi, hoje Vice-Presidente, nós lutamos muito por isso, a gente anunciava. A palavra tragédia é muito pesada, mas era um erro anunciado quando desvalorizou a mão de obra local e colocou, Deputado Miriquinho, tudo em São Paulo, como se apenas algumas pessoas que trabalhavam na Avenida Paulista tivessem cérebro. Na verdade, isso é inerente ao ser humano. Há gente qualificada em todo este País, mas há também na Amazônia, no Pará, como há no Mato Grosso do Sul, no Tocantins, como há em Brasília.

É importante registrar isso. Um equívoco, quando a gente fala que foi a má gestão, foi uma visão equivocada, sim, de centralizar serviços, centralizar até o pensamento do grupo.

A questão do Pará. O Brasil é maravilhoso, mas cada Estado tem a sua especificidade, é um Estado com dimensões continentais.

Eu queria falar para o Diretor-Geral da Aneel, Nelson Hübner, eu não falei, queria que registrasse, que nós somos a favor de intervenção ou de caducidade. Falei que a Aneel, como um poder concedente, e a Eletrobras não agiram no devido tempo. Eu falei que não agiram no devido tempo. Somos contra a intervenção para criar solução de mercado para decretar caducidade, que é o pior para todo mundo, Governador. É pior para o Estado do Pará, pior para os trabalhadores próprios das terceirizadas. É o pior, inclusive, Senador Flexa Ribeiro, para o nosso País. Caducidade, nós somos contra, Diretor Nelson Hübner. Nós somos contra a caducidade. Não é essa a solução para um Estado que produz, um Estado que exporta energia para este País.

Seria tipo assim: "Olhem vocês, o problema não é nosso, vocês que se virem para lá". Não podemos aceitar isso. Nós não falamos isso, nós não queremos isso e temos que lutar. Todos aqueles que têm responsabilidade – e o Senado Federal tem responsabilidade, por isso está fazendo esse debate – não



podemos encontrar isso como alternativa. O Grupo Rede tem uma visão que a gente combate muito por dentro, é uma visão de terceirizar serviços.

Por exemplo, lá onde o companheiro Elvio é Presidente, o *call center* é de 400 trabalhadores dentro da Enersul, que ele é o presidente do sindicato. Mas são trabalhadores da Rede Serviços e que ganham menos que todos os trabalhadores de *call center* do grupo. Por exemplo, o salário de um trabalhador do *call center* de onde o Elvio é um grande dirigente é de R\$710,00, menor que o da Celtins, menor que o da Celpa, menor que o da Cemat. O ticket alimentação é de R\$190,00. Então, essa visão de terceirização é para assustar, é para abismar isso, mas essa é a realidade.

Então nós estamos numa luta. Acreditamos na importância desse debate. Alguns números... Tenho divergência, mas é normal para o ser humano entender. Os dados que apresentamos são do balanço da empresa. Eu queria só que o Presidente do Conselho de Administração do Grupo Rede, a Celpa não tinha 37% de perdas em 98, está no balanço. A gente tem que acreditar no balanço, não é isso? Em 98, ela tinha 32% de perda, não 37%. Dados do balanço, tudo bem, pode ter algum ajuste. O dado do próprio...

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – ...pública e 100 mil consumidores eu não achei, eram consumidores fictícios. Isso para ser otimista.

**O SR. RONALDO ROMEIRO** – Tudo bem, só estou falando da questão do balanço.

Então, 32% em 98. Hoje está nos 32% também. No ano passado, discutimos a participação no resultado e passa por esses indicadores. Estava dando 32,16%, vamos arredondar para 32%. Então, são quase 14 anos estacionados. E nós, trabalhadores, não podemos aceitar a afirmação, Senador Delcídio, que o grupo apresenta, de que crédito trabalhista, como o Plano Bresser e PCCS, seja um problema que levou a empresa... Não. Primeiro, nós nunca participamos da gestão. Segundo, até do conselho curador da fundação... No início, quando chegou, fomos retirados. Eu era conselheiro, tiraram os trabalhadores da representação. E, terceiro, foi negociado e assinado o Plano Bresser em 92 parcelas; e o PCCS, em 48 parcelas. Devidamente negociados. Ou seja, não foi pagamento imediato. Então, não pode querer colocar isso como um problema. Na verdade, colocamos aqui, são dados incontestáveis. O repasse para as empresas do grupo de mais de R\$600 milhões, quando voltou...

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – (*Intervenção fora do microfone.*) Eu não posso pagar o PCCS se a juíza não der ordem. Vou preso. Isso é uma recuperação judicial. Estou lutando junto com eles para que a juíza autorize a pagar as prestações do PCCS e do Plano Bresser. Estou do lado deles. Não sou contra. Não posso pagar. Sou proibido por lei. Isso é crime falimentar se eu fizer uma coisa dessa. Você sabe disso.



**O SR. RONALDO ROMEIRO** – Então, deixe-me dar-lhe uma informação. Eu estava falando que não pode creditar isso ao problema, que nós não geramos esse problema.

Tivemos uma reunião com a Juíza Maria Filomena e ela disse, Senador Delcídio, Senador Flexa: “Eu não impedi a empresa de pagar”. Ela podia continuar pagando. Se algum credor dissesse, aí era se manifestar. É diferente. Mas a empresa fez o inverso; disse que não poderia pagar e colocou na planilha como credores. Aí, Senadores... Palavra da juíza...

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – (*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. RONALDO ROMEIRO** – Vai ficar um debate entre nós dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Ronaldo Romeiro. Jorge, por favor.

**O SR. RONALDO ROMEIRO** – Obrigado.

Na verdade, tem muito debate sobre toda essa questão da Celpa. Mas o fundamental está claro: tem que ter uma ação do Governo Federal, do ponto de vista da Eletrobras. Não é intervenção da Aneel, não, Diretor-Geral. A Aneel tinha que agir junto com a Eletrobras para não deixar a situação chegar ao estado que chegou, próximo da falência.

Não queremos isso. É o pior para todos. Nós, trabalhadores, nenhum de nós, nem os trabalhadores do Grupo Rede. Tenho certeza de que o Elvio está preocupado, conversamos há pouco, porque pode ter uma reação em cadeia, o chamado efeito dominó, e atingir tudo, todos os trabalhadores do grupo. Vai penalizar a população dos Estados, começando pelo Pará, e, depois, todo o grupo.

É preciso que o Governo Federal, a Eletrobrás... E aí, Senadores, cada um de vocês tem um papel fundamental nessa história. Os Deputados Federais têm um papel fundamental nessa história. Essa questão é de interesse nacional e passa, fundamentalmente, já foi falado aqui do Estado, mas um País que tem para investir mais de R\$20 bilhões em Belo Monte, exatamente no Estado do Pará, tem que agora, neste momento, chegar e dizer assim: “Olha, o povo do Estado do Pará e o povo brasileiro merecem a prestação de um bom serviço”, num serviço que é essencial – nós sempre fomos contra a privatização –, uma atividade monopolista, que não tem uma redistribuição de um lado, alimentador de outro; não tem concorrência. É um serviço monopolista, que tem que ter uma intervenção no sentido de a Eletrobras assumir, federalizar e prestar um bom serviço, para que o sistema nacional... Nós não falamos que ele é do Pará. A energia que é gerada no Pará é exportada para o Brasil, mas o Pará tem que ser compensado por isso, porque os impactos sociais e ambientais ficam lá. De Tucuruí, vão ficar; de Belo Monte e de todos os outros projetos que vierem, Tapajós, Marabá. É preciso que o Governo tenha uma ação firme, porque o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jorge Queiroz, disse que não tem



alternativa. São R\$3 bilhões da Celpa. Fala que o grupo tem compromissos de endividamento da ordem de R\$7 bilhões. Então, se o Governo Federal ou a Eletrobras não agirem, não tem alternativa.

Quero, então, agradecer em nome dos trabalhadores e das trabalhadoras do Pará, especialmente os urbanitários, e dizer, Senadores, este debate aqui é muito qualificado, mas cada um de nós tem responsabilidade nisso. Nós, trabalhadores, não podemos prestar um serviço, Governador, com a instabilidade emocional que está dentro da empresa, porque não sabemos o que pode acontecer. O que vai acontecer daqui para frente se não houver uma ação imediata do Governo?

Não à caducidade. Não à solução de mercado que bote na direção de outro grupo que possa virar as costas aos trabalhadores. E sim à federalização da Celpa, que é a alternativa que beneficia o Brasil e também o povo do nosso Estado do Pará.

Obrigado pelo espaço.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, caro Ronaldo Romeiro.

Passo a palavra agora ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hübner.

**O SR. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA** – Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar o meu colega André Pepitone, que chegou, estava em outro compromisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero registrar a presença do Dr. André Pepitone, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Seja bem-vindo, Dr. André.

**O SR. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA** – É o Relator no caso da Celpa e conhece muito mais do que eu todos os detalhes de todo o processo, mas hoje não poderia estar conosco cedo por causa de outro compromisso, mas disse que ainda viria me acudir aqui, no final, cumprindo o compromisso dele.

Só resgatar algumas coisas. De fato, Senador Flexa, coloquei ali que o Brasil deve mesmo muito, e vai dever muito mais ao Estado do Pará ainda com todo esse potencial de usinas que existe lá. Tem que ter realmente um atendimento e um controle adequados da qualidade de energia.

Lembro-me de que, quando começamos o Luz para Todos, eu já tinha um ano e tanto andando, uma vez o Presidente Lula fez uma visita ao Estado, exatamente à usina de Tucuruí, e ele sofreu um bocado lá por causa das críticas, porque já tinha Luz para Todos no Estado e, em torno de Tucuruí, continuava sem energia. Era inadmissível isso, e o povo não conseguia entender que as linhas de transmissão que saíam de Tucuruí não davam para ligar diretamente na casa deles lá. E havia questionamento, porque havia para todo lado, em volta da usina. E foi feito inclusive todo um plano especial, um Luz para



Todos B, só para atender o entorno de Tucuruí, onde há um investimento grande, inclusive com recursos por um sistema todo de subtransmissão, para permitir o atendimento de toda aquela região.

Isso é obrigação. A nossa legislação exige a universalização de todo o País. Quer dizer, o Luz para Todos veio para ajudar nisso. Por isso, não consigo entender o Luz para Todos como um problema de jeito nenhum. É muito recurso público a fundo perdido; tem determinados anos em que, se for olhar o nível de investimento da Celpa, quando se abate o que a gente chama aqui – que é quando esses recursos entram a fundo perdido, com obrigações especiais –, quase que o nível de investimento da empresa ficaria positivo; recebeu mais recursos para investimento para o Luz para Todos do que investimento próprio da empresa. Então, isso não pode piorar empresa nenhuma. Acho que faltou, talvez, ter essa coordenação mesmo desses outros investimentos que cuidassem da qualidade.

Então, não tem sentido a gente pensar nisso aí.

Essa obrigação a gente tem mesmo. Só esclarecer a questão da revisão tarifária que o Senador Flexa colocou. O Jorge explicou um pouco também. De fato, a data-base da Celpa, que seria o mês de agosto do ano passado, não só ela como também diversas empresas tiveram suas datas-base postergadas. Por quê? Porque, quando criamos a metodologia para esse processo de revisão tarifária, isso deveria estar pronto no final de 2010, mas houve uma série de questionamentos das empresas, discussão também com a sociedade, que tivemos de reabrir esse processo todo de audiências públicas e, com isso, entramos no ano de 2011 e não conseguimos cumprir aquele cronograma.

Então, como é feito nesses casos? Isso aconteceu com a Eletropaulo, com a Coelce, como estamos fazendo agora – Dr. André também é relator lá da Coelce –, e com uma série de empresas. É garantida a data-base e todos os impactos da revisão tarifária na data em que ocorreu.

No caso da Coelce, estamos fazendo agora no mês de abril. Então, é calculado o mês de abril do ano passado e todos os reflexos para este ano. Se a empresa tinha, por exemplo, uma redução tarifária, é garantido ao consumidor que essa redução também seja corrigida financeiramente, monetariamente, assim como a repercussão. Se a repercussão, ao contrário, é a favor da empresa, também isso vai refletir. Então, no mês de agosto, quando houver esse processo de revisão tarifária, junto com o reajuste, toda a repercussão, ou seja, o que devia haver em agosto será devidamente corrigido, e ela receberá todos esses valores financeiros, tudo colocado na data-base.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – No caso da Celpa, seria redução ou reajuste?

**O SR. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA** – Na Celpa, a situação está mais ou menos equilibrada. Ela deve ter um reajuste positivo, mas ainda não



estão fechados todos os números, até porque o nível de investimento da empresa, nos últimos anos, foi muito grande e a tarifa é consequência de investimento, ou seja, é a base de remuneração.

Se você fez muito investimento, você tem uma base mais elevada e uma tarifa mais elevada. Isso explica um pouco aquela primeira transparência apresentada pelo Dr. Jorge em que a Celpa, mesmo com um mercado tão complexo, num Estado tão grande e com nível de investimento necessário grande, tem uma tarifa ainda intermediária, bem mais baixa que a do Maranhão, por exemplo. Por quê? Porque o Estado do Maranhão teve um nível de investimento muito mais elevado que o do Estado do Pará nos últimos anos. Isso fez com que a base de remuneração fosse mais elevada, o que impacta mais na tarifa, sendo a tarifa mais elevada também. Então, uma coisa puxa a outra. Tudo isso está sendo garantido.

Foi muito questionada a ação das empresas federais, e o Ronaldo disse: "Não. Faltou a Aneel. Então, ela deve-se juntar com a Eletrobras para haver uma ação e a Eletrobras tomar conta da empresa". Não cabe, obviamente, à agência esse papel. Não nos cabe... Ou interagir... Por exemplo, nós até interagimos com os acionistas, ou seja, diagnosticamos o problema, chamamos os acionistas e exigimos que os acionistas apresentem para nós um plano de recuperação.

Obviamente, quando a Celpa monta um plano de recuperação da empresa para apresentar à Aneel, isso é passado ao seu conselho de administração, que conta com a presença dos representantes do BNDES, da Eletrobras e com todos os acionistas que estão colocados ali. Mas não cabe à agência esse papel. Cabe à agência, sim, cobrar das empresas o nível de qualidade exigido, uma recuperação, um equilíbrio econômico financeiro da empresa. Portanto, para solucionar aqueles problemas que nós detectamos, exigimos da empresa esse plano de recuperação que ela tem colocado. Mas, obviamente, não nos cabe dizer à Eletrobras: "Vá lá, compre a empresa, coloque um recurso ou fique com o controle da empresa". Obviamente, não nos cabe isso. É mais um poder político, e a agência não tem obviamente esse papel.

Nós poderíamos até questionar. Você abordou este assunto, com o qual eu concordo plenamente, Ronaldo: mais do que resolver o problema dos trabalhadores, o que obviamente é imensamente importante, porque sem trabalhador não tem serviço da concessionária adequado, não tem nada, é fundamental solucionar o problema do atendimento adequado ao Estado, o atendimento de energia. Acho que essa, sim, é a preocupação primeira de todo mundo. Eu também não incentivaria a Eletrobras por achar que não vai resolver o problema do atendimento do Estado do Pará. A Eletrobras também tem falhado no controle das empresas que estão sob o seu comando. Se compararmos, por exemplo, o próprio Estado do Piauí, que está ali pertinho, ao lado do Estado do Maranhão, e analisarmos os índices de qualidade, os resultados e as perdas,



vamos ver que a empresa está longe de ser também algum exemplo na prestação do serviço de distribuição. Então, não acho que essa é a solução.

Realmente, não nos cabe fazer isso. Agora, cabe-nos exigir dos agentes, dos controladores, da direção da empresa colocá-la no nível adequado, seja ela uma empresa estatal, seja uma empresa pública, seja uma empresa privada.

Em relação às regras que nós definimos quando fazemos as revisões tarifárias e a todas as exigências que fazemos em termos de qualidade, não distinguimos a origem do recurso, a origem do capital, o controlador da empresa. As regras são as mesmas para todas as empresas, observadas, obviamente, as características próprias das áreas de concessão.

Então, as características do Estado do Pará, do Estado do Maranhão, do Estado do Piauí, do Rio de Janeiro ou de São Paulo são verificadas para definirmos esses parâmetros de qualidade e mesmo de remuneração, perdas, ou seja, todos esses indicadores são analisados com base nas devidas características regionais e não, obviamente, na origem do capital. A exigência tem que ser igual para todas as empresas.

Há uma preocupação que estamos tendo também nesse processo. No fundo, estamos meio surpreendidos com essa questão toda da própria legislação de recuperação judicial. Essa é uma preocupação que manifestamos até para esta Casa, que é o espaço adequado para essa discussão. Quando isso foi colocado na lei... Nós estamos experimentando ainda as novidades que foram colocadas nessa lei e, na nossa visão hoje, estamos experimentando uma dificuldade muito grande para gerir isso, porque o papel da agência está bem definido, assim como aquilo que nos cabe fazer nesse processo todo até o processo mais radical, que poderia ser um processo de intervenção. Porém, um processo de recuperação judicial nós julgamos quase incompatível com a legislação própria de um serviço público, com a concessão de serviço público.

Acho que a lei não deu um tratamento adequado à questão de como lidarmos com a recuperação judicial de uma empresa que cuida da prestação de um serviço público essencial. Aí ficamos preocupados, porque, na hora em que você segura, por exemplo, os recursos de uma empresa e determina: "Não, não pode aplicar", primeiro, não pode deixar de pagar servidor, não pode pagar serviço terceirizado e não pode deixar de pagar, por exemplo, compras de energia, encargos setoriais, impostos que são devidos, pelo menos os correntes. Nada disso pode cessar, porque esse é o espírito e temos que gerir essa questão. Então, temos uma dificuldade imensa de lidar com isso.

Temos procurado diminuir esse problema, discutindo o assunto. Fizemos reuniões com a juíza no Estado do Pará – eu fui pessoalmente, e o Dr. André esteve lá também na semana passada. Temos discutido e estamos tentando diminuir, discutindo com os administradores, discutindo com o Ministério Público, que está fazendo o acompanhamento de todo esse processo, mas acho



que faltou um tratamento adequado. Há alguns setores que foram excepcionalizados na lei com relação à possibilidade de recuperação judicial, mas um serviço público de energia elétrica? Já está havendo problema desse tipo. Na hora em que se deixa de pagar, por exemplo, a compra de energia – e há produtor independente que fornece energia –, o fornecedor diz: “Vou parar de fornecer energia”. Então, acho que o setor elétrico tem toda uma cadeia em que isso é absolutamente incompatível. Acho que essa questão deveria ser talvez discutida e aprofundada, e o espaço obviamente é aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Nelson Hübner.

Agora, fechando a audiência pública, Governador Helenilson Cunha Pontes.

**O SR. HELENILSON CUNHA PONTES** – Senador Delcídio, meus colegas de Bancada, Senador Flexa, eu queria apenas registrar, nesta oportunidade, Senador Delcídio, que eu não sabia que o Pará tinha quatro Senadores. V. Ex<sup>a</sup> tem tanta preocupação com os nossos problemas. Agradeço, em nome do povo do Pará, a dedicação, o apreço e o carinho que V. Ex<sup>a</sup> tem revelado pelos nossos problemas, que são muitos. É bom saber que temos aqui no Senado mais um Senador paraense, com coração paraense, família paraense, que compartilha dos nossos problemas. Quanto mais aliados tivermos, melhor.

Então, muito obrigado pelo carinho.

Sem pretender fazer um esforço de síntese, de tudo que já se disse aqui, eu gostaria de separar o assunto entre o passado e o futuro. Acho que, depois de tudo a que assistimos aqui e que ouvimos, ficou claro que houve problema de gestão. O Dr. Jorge disse claramente que se afastou; os administradores não agiram com a presteza e com a competência que ele esperava, os presidentes da Celpa; os órgãos regulatórios também falharam, porque não foram ágeis o suficiente no momento adequado para que tivéssemos esse debate lá atrás e impedíssemos que chegassem à recuperação judicial; os acionistas do Poder Público, a Eletrobras, o BNDES, também falharam, porque, como acionistas, também deveriam ter-se preocupado com uma melhor gestão da empresa. Enfim, todos nós – talvez não o sindicato, que o Ronaldo disse que alertou várias vezes –, mas, de um modo geral, houve falhas coletivas. Isso é passado. Eu não gostaria de ficar, como eu disse aqui, num inquérito bizantino da busca incessante das causas e dos culpados para açoitá-los em praça pública e continuar com o problema lá, no nosso Estado do Pará. Preocupa-me muito mais olhar à frente.

Eu gostaria de registrar a felicidade da fala do Dr. Jorge. Poucas vezes, Dr. Jorge, eu vi um empresário, um empreendedor, numa situação como essa, dizer publicamente: “Aceito qualquer solução, estou lutando para manter vivo o serviço e a empresa, estou me dedicando a manter vivo o serviço, abro mão do controle, faço qualquer tipo de acordo que permita que a empresa volte a



funcionar de forma adequada e preste o serviço". V. S<sup>a</sup> dá o exemplo aqui do verdadeiro empreendedor, preocupado mais com a empresa do que com o benefício próprio. Eu acho que essa é uma lição que V. S<sup>a</sup> dá ao Brasil de reconhecimento, como disse o Ronaldo, dos erros, dos equívocos na gestão da empresa, derivados do seu afastamento, da aposentadoria, e de preocupação com o povo do Pará também. Acho que isso é um gesto nobre que merece ser registrado.

Ficou claro também, olhando à frente, que nós temos pouca chance de melhorar num curto prazo sem um aporte objetivo de recursos de um investidor, qualquer que seja ele: público, pela Eletrobras, ou privado. Aqui já estamos na esfera política. Cabe a nós, da classe política, fazermos o debate aprofundado junto ao Governo Federal sobre a necessidade de um aporte da Eletrobras, seja para controlar a empresa, seja para ajudá-la, que é quem efetivamente tem aportes para fazer no setor elétrico. Não acredito que nós encontremos um investidor privado com a capacidade financeira de fazer um investimento relevante numa empresa na condição que está a Celpa. Sinceramente não acredito que nós encontremos esse investidor solto pela rua, disposto a topa um desafio dessa natureza.

A Eletrobras é a empresa que tem o colchão suficiente, a capacidade suficiente para ajudar neste momento. E aqui a ideia é ajudar mesmo. Não chego à ideia de federalizar, porque também não acredito que, federalizando, nós vamos ao paraíso no dia seguinte, como disse o Dr. Nelson, porque há empresas federalizadas que também estão ruins. Então, não é federalizando que nós vamos ao paraíso. Mas a empresa poderia ajudar.

O Governo Federal poderia fazer esse gesto em nome até da situação especial que o Pará apresenta do ponto de vista da geração de energia para o Brasil nos próximos anos. Por que o Governo Federal não faz um gesto, aumenta o seu investimento, o seu capital na Celpa através da Eletrobras, reconhece a sua capacidade, durante esses anos, de acompanhar a boa gestão da empresa? Com isso ganhariam todos nós, os paraenses e, sobretudo, o Brasil, que teria uma empresa saneada e com condição, daqui a alguns anos, de alienar o controle, de alienar as ações. E não precisaria ficar o resto da vida. Recupera a Celpa e, depois, aliena. O Governo Federal não precisaria ficar, mas poderia, sim, através da Eletrobras, fazer esse gesto.

Não entendo, Dr. Nelson, sinceramente por que o Governo Federal se recusa tanto em agir. Não entendo. Talvez se recusar, por política de energia mesmo, ser controlador eu até entendo, porque não é política, pode não ser a política da Eletrobras ser controladora da Celpa. Mas por que não aumentar o capital, não ajudar a recuperação da empresa? Não encontro motivo objetivo para que o Governo Federal não tome essa atitude e faça esse gesto na direção não da Celpa, mas do povo do Pará, dos seus trabalhadores e de todos aqueles que estão esperando um melhor serviço.



Então, de um modo geral, eu queria mais uma vez, Senador Delcídio, saudar V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade da audiência, e também o Senador Flexa Ribeiro, que tem acompanhado esse assunto de perto, trabalhado de perto, dada a importância desse assunto para todo o povo do Pará, para toda a sociedade paraense e para o que representa o Estado, repito, para o setor elétrico nacional. Se nós já temos problemas com a sociedade paraense na aceitação de Belo Monte, São Luiz do Tapajós, Tucuruí, os senhores imaginem qual é a visão que a sociedade do Pará vai ter se esse colapso de energia aumentar na construção das novas hidrelétricas planejadas pelo Governo Federal para o Estado do Pará. Então, em nome até do equilíbrio, da manutenção, da expansão do sistema, é importante que esse assunto da Celpa receba, sim, uma atenção especial da Eletrobras e do Governo Federal.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador.

Eu acabei não perguntando, Dr. Jorge. O Ronaldo falou sobre essas questões de caráter trabalhista: PCCS e Plano Bresser, e não sei se ouvi bem, mas o senhor falou que não estavam previstas no processo de privatização. Não estava programado o pagamento do Plano Bresser e do PCCS?

**O SR. JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR** – Não. No edital de licitação preparado pelo BNDES, dava-se que o plano – posso trazer para o senhor, mandar-lhe o edital – era uma ação simplesmente ganha, não haveria custo algum. E muitos advogados falaram a mesma coisa, não só esse do BNDES. Quanto ao PCCS é outra coisa, mas esse nós consideramos zero. Eu solicitei, à época, que fosse colocado como custo de serviço na tarifa, porque era custo, e me foi negado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Portanto, quem está pagando isso são os acionistas da Celpa, inclusive a Eletrobras.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu quero agradecer, mais uma vez, o Governador do Pará, Helenilson Cunha Pontes; nosso caro Nelson Hübner, Diretor-Geral da Aneel; cumprimento o Dr. André, Diretor da Aneel, mais uma vez; o Mesquitinha, paraense, representante do Estado do Pará lá na Agência Nacional de Energia Elétrica; quero cumprimentar o Dr. Jorge Queiroz, Presidente do Conselho do Grupo Rede; cumprimento o nosso Ronaldo Romeiro, mais uma vez, pela presença; quero também cumprimentar novamente o Deputado Miriquinho Batista, que esteve aqui; o Deputado Paulo Rocha; o Deputado Estadual Zé Maria, que nos acompanhou até agora; o Vereador Otávio Pinheiro, Presidente da Câmara de Vereadores de Belém; Luiz Augusto Burle, do Conselho dos Consumidores; Carlindo Lins, da área da indústria; Josenir Nascimento, do Poder Público; e o nosso querido Elvio Marcos Vargas, Presidente do Sindicato dos Eletricitários do Mato Grosso do Sul, que honra a nós e à nossa gente lá da Enersul e do nosso Estado com o seu trabalho.



Acho que foi uma audiência pública muito importante. Lamento que a Eletrobras não tenha participado dela. Quero deixar muito claro, em nome também do próprio Senador Flexa Ribeiro, que trabalha diuturnamente pelo Estado do Pará e também pelo País aqui, no Senado Federal, que nós vamos nos empenhar muito. Nós vamos nos empenhar. Eu vou procurar o Ministério de Minas e Energia, a Casa Civil e a própria Eletrobras para que a gente efetivamente busque uma saída, uma solução. Qual vai ser, eu acho que a circunstância e esses aspectos todos que foram aqui bastante reiterados vão estar na mesa. E eu acho que nós não podemos, de maneira alguma, deixar de lado, a partir desta audiência pública, deixar de priorizar esse tema, que é muito importante para o País.

Ao mesmo tempo, Nelson, quero aqui caracterizar que, de acordo com a Lei de Falências, que foi aqui amplamente discutida, esse caso da Celpa é emblemático e vai nos levar, inclusive, Senador Flexa, a mudanças, aos ajustes necessários.

*(Manifestação fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu já fui do setor elétrico, não sou mais. Hoje, estou Senador, mas fiquei impressionado quando veio a notícia do que aconteceu na Celpa, porque é uma concessionária de serviço público.

Agora, estamos vendo que a Lei de Falências, Jorge, que discutimos aqui durante muito tempo, num caso específico como esse e com a sofisticação do setor elétrico nos levará a apresentar aperfeiçoamentos para fazer frente a essa nova situação. Quer dizer, é uma coisa absolutamente diferenciada.

Portanto, é importante também esta audiência pública para melhorar a legislação. Nós estamos aqui para isso, para ouvir de um Nelson Hübner, com a autoridade que tem, as preocupações, a forma como ele está enxergando essa situação e as deficiências de uma legislação que aprovamos não faz tanto tempo assim, mas que já merece uma revisão e um aperfeiçoamento.

Quero agradecer a todos vocês pela atenção e devo dizer que, sem dúvida nenhuma, vamos trabalhar firme, Jorge, para que efetivamente nós busquemos, na política, uma solução empresarial e econômico-financeira adequada, até porque todos nós temos consciência do que representa o Grupo Rede não só para o Pará, mas para o meu Estado, o Mato Grosso do Sul, e para o Brasil. Precisamos, acima de tudo, concentrar esforços para buscar uma solução definitiva.

Eu quero cumprimentá-los e desejar uma boa noite a todos – ainda não chegamos às 18 horas. Muito obrigado.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sr's Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA**  
**SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**  
CI/CAE (Reunião Conjunta)

**SF - 51**

28/03/2012

---

A sessão está encerrada.

*(Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 51 minutos.)*